

Introdução:

Com a finalidade de trazer transparência e simplicidade na contratação do Cartão, está incluso no presente preâmbulo o resumo dos principais pontos do Contrato, que é o documento que estabelece o vínculo entre a Emissora e o Titular.

A responsabilidade pela veracidade, precisão e atualização de todos e quaisquer dados pessoais, informações financeiras e endereço de correspondência é daquele que fornece, portanto, tudo o que for informado e enviado pelo Titular na Adesão e durante a vigência do Contrato deve ser verdadeiro.

A autorização do pedido de Adesão pelo Titular depende de análise da Emissora e após isso é que será enviado o Cartão ao endereço indicado no processo de solicitação de Cartão, seja ele realizado pelo Aplicativo Cooper Bank ou Estabelecimentos Parceiros.

O Cartão é um meio de pagamento, físico e/ou virtual e poderá ser utilizado para:

- a) Compras de bens e/ou serviços à vista, no Brasil e exterior;
- b) Compras de bens e/ou serviços parceladas;
- c) Pagamento de contas;
- d) Saques, de acordo com saldo na conta de pagamento pré-paga ou Limite de Crédito;
- e) Contratação de seguros, planos de assistências, incluindo assistência odontológica, produtos financeiros e demais produtos e/ou serviços, conforme disponibilidade.

O Titular possui os seguintes direitos:

- a) Utilizar o Cartão para Transações até Limite de Crédito, bem como o Limite Emergencial, se disponibilizado pela Emissora;
- b) Acessar a Fatura pelo Aplicativo a qualquer momento;
- c) Acessar as condições de contratação de financiamentos;
- d) Acessar a movimentação da Conta Digital pelo Aplicativo, inclusive extratos e comprovantes a qualquer momento;
- e) Cancelar o Cartão a qualquer momento com aviso de 30 (trinta) dias de antecedência;
- f) O Limite de Crédito também poderá ser utilizado como Pix no Crédito e Boleto no Crédito.

O Titular possui as seguintes obrigações:

- a) Não utilizar o Cartão de forma irregular, inadequada ou suspeita;
- b) Acompanhar o seu Limite de Crédito;
- c) Conferir atentamente e estar em dia com o pagamento da Fatura, evitando bloqueio ou cancelamento deste Contrato;
- d) Manter saldo em sua Conta Digital para Transações na Função Débito;
- e) Manter seus dados cadastrais sempre atualizados junto à Emissora;
- f) Manter o Aplicativo sempre atualizado e possuir Aparelho Eletrônico que tenha os requisitos mínimos que permitam o uso e a atualização do Aplicativo;
- g) Observar e estar atento às comunicações recebidas pela Emissora;
- h) Manter o Cartão em lugar seguro e as Senhas protegidas contra acesso e utilização de terceiros;
- i) Comunicar à Emissora sobre perda, roubo, furto ou o extravio do Cartão.

Limite de Crédito:

O valor do Limite de Crédito está disponível na Fatura, no Aplicativo ou por intermédio de outros Canais de Atendimento disponibilizados pela Emissora.

O Titular poderá ajustar o limite disponibilizado e solicitar a redução ou aumento do seu limite, sendo que o aumento depende de aprovação da Emissora.

Tal limite poderá sofrer alterações podendo ser reduzido ou aumentado, também a critério da Emissora a qualquer momento, conforme políticas de crédito vigentes.

Limite Emergencial: o Titular poderá, se disponibilizado pela Emissora, utilizar o Limite Emergencial acima do Limite de Crédito, dependendo da política estipulada daquela, com incidência de tarifa pela sua utilização.

Pagamento da Fatura e atraso:

A Fatura deverá sempre ser paga em sua totalidade, para evitar a incidência de Encargos Financeiros.

O pagamento de qualquer valor entre o Pagamento Mínimo e abaixo do total, acarretará em financiamento do saldo devedor e incidirá Encargos Financeiros, nos termos do Contrato.

Na ausência de pagamento, além de ocorrer o financiamento do saldo devedor mediante Encargos Financeiros, bem como poderá implicar no bloqueio do Cartão impossibilitando sua utilização até a regularização dos valores inadimplidos.

Encargos Financeiros:

Os Encargos Financeiros que podem ser cobrados em seu Cartão podem ser consultados na tabela de Taxas e Tarifas disponível em www.cooperbank.com.br

Cancelamento:

- a) A Emissora também poderá cancelar, imotivadamente, com aviso de 30 (trinta) dias de antecedência e;
- b) A Emissora, poderá cancelar motivadamente, pela violação do Contrato por parte do Usuário, determinação judicial, falecimento e/ou interdição e/ou insolvência do Titular, entre outros motivos elencados no Contrato.
- c) A rescisão do Contrato implica no automático cancelamento dos Serviços Adicionais no prazo estabelecido pelos prestadores de serviços.

Medidas de Segurança:

O Cartão ou a Conta Digital poderão ser bloqueados a critério da Emissora, caso o Usuário não obedeça às medidas de segurança, ou violar disposições do Contrato.

O Cartão será enviado bloqueado, cabendo ao Titular efetuar o desbloqueio para a sua utilização.

Alterações do Contrato:

Toda vez que o Contrato for atualizado, a Emissora comunicará o Usuário com antecedência, o qual ficará disponível para consulta. A concordância se dá pela utilização normalmente do Cartão e a discordância deverá ser expressa pelo Usuário, devendo esse entrar em contato nos Canais de Atendimento da Emissora.

Serviços Adicionais:

A Emissora poderá ofertar novos serviços de sua propriedade, e inclusive, de terceiros, sendo que a contratação dependerá da expressa manifestação de vontade do Usuário.

COOPER CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.938.780/0003-09, com sede na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2002, Alphaville, Barueri/SP e filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.938.780/0001-39, estabelecida na Avenida Pedro Taques, nº 294, 6º Andar, Torre Norte, Atrium Centro Empresarial, Zona 07, Maringá/PR, na qualidade de emissora e administradora do **Cartão**, doravante denominada **Emissora** e, de outro lado, a pessoa física nomeada e qualificada na **Adesão**, doravante designado **Titular**, firmam entre si o presente **Contrato de Adesão ao Cartão Cooper Bank (“Contrato”)**, sendo este instrumento de total conhecimento das Partes que, mutuamente, aceitam e obrigam-se integralmente, por si e por seus sucessores a qualquer título.

1. Definições

1.1. Para o perfeito entendimento e adequada interpretação deste **Contrato**, serão adotadas as definições a seguir, quando escritas em letras maiúsculas, que poderão ser utilizadas tanto no singular como no plural:

Adesão: Procedimento de identificação e coleta de dados do **Titular** (proposta de **Adesão** e cadastro), exigido pela **Emissora**, pelos **Canais de Atendimento** disponibilizados por essa, e aceito pelo **Titular**, o qual manifesta a concordância plena, irrevogável e irretroatável com os termos deste **Contrato**, bem como sua adesão expressa ao presente **Contrato**.

Adicional: É a pessoa física, maior de 12 (doze) anos autorizada pelo **Titular** para portar e utilizar o **Cartão** vinculado à conta do **Titular**, sendo este último responsável por todos os gastos e todas as transações realizadas pelo **Adicional**.

Anuidade: A **Anuidade** será devida a partir da **Adesão** do **Titular** e enquanto estiver sendo utilizado o **Cartão** será cobrada, de forma parcelada, apenas nos meses em que houver saldo devedor e compras em **Fatura**. Na hipótese de suspensão do **Cartão** ou rescisão do **Contrato** a **Anuidade** não será cobrada.

Anuidade Diferenciada: A anuidade será devida a partir da **Adesão** do **Titular** e será cobrada, de forma parcelada, apenas nos meses em que houver saldo devedor e compras em **Fatura**, bem como a disponibilização e gerenciamento, pela **Emissora**, de programas de benefícios e/ou recompensas vinculados ao **Cartão**.

Aparelho Eletrônico: Significa, em conjunto ou isoladamente, um dispositivo eletrônico móvel (celulares, tablets, smartphones, computadores e similares).

Aplicativo: Software desenvolvido para ser instalado em um **Aparelho Eletrônico**, podendo o seu *download* ser efetuado por lojas de aplicativos virtuais.

Avaliação Emergencial de Crédito: a **Emissora** poderá realizar uma análise de crédito, própria para concessão de **Limite de Crédito** adicional e emergencial, totalmente independente da realizada na concessão do **Cartão**. O eventual **Limite de Crédito** adicional, se concedido pela **Emissora**, não passará a integrar o **Limite de Crédito**, sendo específico para aquela ocasião. O uso da **Avaliação Emergencial de Crédito**, quando concedida, implicará na cobrança de tarifa, nos termos da legislação vigente, podendo o serviço ser cancelado pelo **Titular**, a qualquer momento no **Aplicativo**.

Atraso: Caso o **Titular** esteja inadimplente com qualquer obrigação devida à **Emissora**, ou, ainda, não pague nada até a data de vencimento ou pague um valor inferior ao **Pagamento Mínimo**, conforme explicado na sua **Fatura**, serão cobrados juros de mora e multa, além de contratar o **Crédito Rotativo** do **Cartão**, incorrendo em juros remuneratórios e IOF da operação, conforme tabela de **Encargos Financeiros** que pode ser consultada em www.cooperbank.com.br. O **Cartão** poderá ser bloqueado ou cancelado.

Bandeira: VISA ou outra que a **Emissora** venha a se afiliar, que cede à **Emissora** o direito de usar sua marca e sua rede de **Estabelecimentos**, no Brasil e no exterior, para a aceitação do **Cartão**.

Boleto no Crédito: é uma funcionalidade que permite pagar um boleto bancário ou pagar contas de sua titularidade e também de terceiros, utilizando o **Limite de Crédito** do **Cartão** disponível, debitando a operação de forma parcelada, incluindo o boleto vencido desde que seja possível.

Canais de Atendimento: site, aplicativo de celular e/ou Portal, WhatsApp, chat e central telefônica, que são disponibilizados pela **Emissora** para o atendimento ao **Titular**.

Cartão Cooper Bank (“Cartão”): é o instrumento de pagamento representado por um cartão plástico, eletrônico contendo a numeração, data de validade, nome da **Bandeira** e do **Estabelecimento Parceiro** (quando for o caso), chip e **Contactless**, nas modalidades de crédito e/ou débito com utilização no Brasil e/ou no exterior, com **Conta Digital**, podendo ser utilizado como meio de pagamento de bens e/ou serviços, saques em espécie, transferências ou outras operações permitidas pela **Emissora**, nos termos da legislação vigente e do presente **Contrato**.

Cartão Virtual: é o instrumento utilizado para o pagamento de compras de bens e/ou serviços, entre outras operações descritas neste **Contrato**, disponibilizado de forma virtual, na **Função Crédito**. Todas as regras referentes ao **Cartão** descritas neste **Contrato** aplicam-se sobre o **Cartão Virtual**.

Central de Atendimento: é o serviço de atendimento ao cliente, cujos **Canais de Atendimento** para contato está indicado no verso do **Cartão** e/ou em outros meios de comunicação do **Sistema Cooper Card**, que a **Emissora** coloca à disposição dos **Usuários** para prestar informações e serviços relacionados ao **Cartão**.

Conta Digital: é uma conta de pagamento pré-paga junto à **Emissora**, que poderá ser utilizada em nome do **Titular**, ao qual o **Cartão** está atrelado.

Contactless: é um pagamento com aproximação do **Cartão** ao equipamento de venda que possui esta tecnologia, com ou sem a necessidade de inserir **Senha**, conforme limite definido em regulamentação. Esta função **Contactless** poderá ser desabilitada e/ou alterado seu limite de valor, pelo **Titular** a qualquer momento, quando disponibilizada esta funcionalidade pela **Emissora**.

Contrato: refere-se ao presente **Contrato** de **Adesão** ao **Cartão Cooper Bank**.

Crédito Rotativo: tipo de crédito que pode ser oferecido ao **Titular** do **Cartão** que não conseguiu pagar a **Fatura** na sua totalidade.

Encargos Financeiros: são os juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária, tributos (IOF), eventuais multas, tarifas e/ou taxas lançados na **Fatura** em caso de financiamento das despesas, parcelamento da **Fatura**, **Saques**, renegociações e serviços na **Função Crédito**. Os **Encargos Financeiros** incidirão sempre que for realizado pagamento inferior ao saldo total indicado na **Fatura**, realização de pagamento em atraso ou falta de pagamento. Caso disponibilizado pela **Emissora**, a realização de **Saques** na **Função Crédito** gera encargos, que incidirão a partir da data da **Transação**.

Emissora: é a **COOPER CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.**, empresa que emite e administra o **Cartão**, devidamente qualificada no preâmbulo deste **Contrato**.

Estabelecimentos: são fornecedores de bens e/ou serviços, que aceitam o **Cartão** como meio de pagamento.

Estabelecimentos Parceiros: são os estabelecimentos que estão autorizados pela **Emissora**, no Brasil, a promover o processo de **Adesão** do **Titular** ao **Cartão** e respectivos **Serviços Adicionais**. A **Emissora** será a responsável pela aprovação ou não da emissão do **Cartão** e respectivos **Serviços Adicionais**.

Fatura: documento eletrônico disponibilizado mensalmente pela **Emissora** ao **Titular**, onde são informados, incluindo, mas não se limitando, o total dos gastos com o **Cartão** do **Titular** e de seus **Adicionais**, a data de vencimento, o **Pagamento Mínimo**, o **Limite de Crédito**, os **Encargos Financeiros**, informações e mensagens

relativas ao **Sistema Cooper Card**, informações e promoções, referentes à oferta de produtos ou serviços da **Emissora** ou de terceiros, dentre outros.

Financiamento do Crédito Rotativo: financiamento do saldo devedor da **Fatura**, concedido ao **Titular**, quando esta não é liquidada integralmente até o vencimento.

Função Crédito: é a funcionalidade do **Cartão** que, quando habilitada mediante contratação específica com a **Emissora**, possibilitará a realização de compras de bens e/ou serviços até o **Limite de Crédito** contratado, sendo que os valores das referidas **Transações** deverão ser pagos pelo **Usuário** até a data de vencimento de sua **Fatura**. Esta funcionalidade poderá permitir a opção de **Saque** de 20% (vinte por cento) do **Limite de Crédito** ou conforme critérios estabelecidos pela **Emissora** e/ou a **Bandeira**.

Função Débito: é a funcionalidade do **Cartão** que, quando habilitada e disponibilizada pela **Emissora** e a critério exclusivo dessa, permitirá ao **Titular** movimentar os recursos mantidos na sua **Conta Digital** para realização de compras de bens e/ou serviços em **Estabelecimentos** localizados no Brasil e, ainda permitirá a função **Saque**.

Limite de Crédito: é o valor máximo, em moeda corrente nacional, disponibilizado pela **Emissora** aos **Usuários** que forem portadores do **Cartão** com a **Função Crédito**, habilitada e quando aceito pelo **Titular**.

Limite Emergencial (Overlimit): valor pré-definido pela **Emissora** em que o **Usuário** poderá realizar compras e pagamentos acima do **Limite de Crédito**, dependendo da política estipulada daquela, com incidência da tarifa estipulada pela sua utilização.

Nome Social: é o nome pelo qual pessoas transexuais e travestis se identificam, são socialmente reconhecidas e preferem ser chamadas, ao invés de seus prenomes registrados em cartório civil, que não reflete a sua identidade de gênero (pessoas cisgêneras também podem ter um **Nome Social**). Caso o **Usuário** venha se valer da prerrogativa do **Nome Social**, este deverá entrar em contato com a **Emissora** através dos **Canais de Atendimento**, em posse do requerimento conforme lei.

Pagamento da Fatura: a **Fatura** deverá sempre ser paga em sua totalidade, para evitar a incidência de **Encargos Financeiros**. O pagamento de qualquer valor entre o **Pagamento Mínimo** e o abaixo do total, acarretará em financiamento do **Saldo Devedor** e incidirá **Encargos Financeiros**, nos termos do **Contrato**. A ausência de pagamento, além de ocorrer o financiamento do **Saldo Devedor** e incidir os **Encargos Financeiros**, incidirá demais penalidades, por exemplo, juros de mora, multa, correção monetária e eventuais tributos, bem como poderá implicar no bloqueio do **Cartão** impossibilitando sua utilização até a regularização dos valores inadimplidos.

Pagamento Mínimo: é o valor mínimo, indicado na **Fatura**, que o **Titular** deve pagar até a data de vencimento para não incorrer em atraso de pagamento. Este valor mínimo é estabelecido pela **Emissora** e poderá ser alterado nos termos previstos em legislação aplicável. Optando pelo **Pagamento Mínimo**, o **Titular** financiará o saldo restante da **Fatura**, sobre o qual haverá a incidência de **Encargos Financeiros**.

Parcelamento do Rotativo: opção de pagamento parcelado do **Crédito Rotativo** conforme dispõe a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017 do Banco Central do Brasil e respectivas atualizações. O **Titular** poderá contratar o parcelamento do valor devido junto à instituição financeira, em condições mais vantajosas para o **Titular** do que aquelas praticadas na modalidade de **Crédito Rotativo**.

Pix no Crédito: é uma funcionalidade que permite ao **Titular** efetuar transações de Pix, inclusive para mesma titularidade, utilizando o limite do seu **Cartão** disponível, debitando a operação de forma parcelada.

Saldo Devedor: é o valor restante após pagamento inferior ao total da **Fatura** ou o valor total da **Fatura** não pago na data de vencimento. O valor do **Saldo Devedor** será transferido para a próxima **Fatura**, e sobre ele incidirão juros e encargos (com exceção de eventual **Saldo Devedor** de operações de crédito contratadas,

hipótese na qual incidirão apenas os juros, encargos e tributos já incidentes sobre tais operações de crédito contratadas.

Saque: retirada de recursos em espécie que podem ser realizados no Brasil e/ou no exterior, a depender da funcionalidade contratada, sendo este possível na **Função Débito** do **Cartão** de acordo com o saldo de moeda eletrônica disponível em sua **Conta Digital** ou **Saque** crédito correspondente a um **Saque** no **Limite de Crédito** disponível ou inferior.

Serviços Adicionais: são os produtos e/ou serviços oferecidos diretamente pela **Emissora** ou por intermédio de Parceiro por ela autorizado (como seguros, planos de saúde, planos odontológicos, entre outros). A disponibilização de produtos e/ou serviços adicionais poderá variar conforme eventual tipo de **Cartão** utilizado pelo **Titular**.

Senha: código eletrônico secreto, pessoal e intransferível, registrado pelo **Titular** junto ao **Sistema Cooper Card**, no momento do desbloqueio do **Cartão**, sob sigilo, que constituirá, para todos os efeitos de lei e deste **Contrato**, a assinatura eletrônica, pessoal e intransferível do **Titular** exclusivamente, viabilizando sua identificação e expressando sua vontade inequívoca de usar o **Cartão**.

Senha do Aplicativo: código registrado pelo **Titular** junto ao **Aplicativo**, sob sigilo, que constituirá, para todos os efeitos de lei e deste **Contrato**, a assinatura eletrônica, pessoal e intransferível do respectivo **Titular**, viabilizando sua identificação e expressando sua vontade inequívoca de usar o **Cartão Virtual** e/ou a **Conta Digital**.

Sistema Cooper Card: é o conjunto de regras, políticas, procedimentos, marcas, empresas e equipamentos de propriedade da **Emissora** ou empresas terceirizadas, todos interligados e destinados a viabilizar a emissão do **Cartão** e sua utilização pelos **Usuários** nos **Estabelecimentos**.

Tarifas: valores fixados e cobrados pela **Emissora** por serviços prestados ao **Titular**, nos termos de tabela específica disponível para consulta no site da **Emissora**, para todos os fins de direito. Seus valores podem ser alterados a critério da **Emissora** observadas as disposições e prazos legais, mediante aviso prévio ao **Titular**, inclusive por intermédio da **Fatura**.

Titular: pessoa física, capaz nos termos da lei, maior de 18 (dezoito) anos, residente e domiciliada no Brasil, aderente ao presente **Contrato** e ao **Sistema Cooper Card**, aceita pelo **Emissora** como apta ao uso do **Cartão**, e responsável pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste **Contrato**, inclusive pelo uso do **Cartão** dos **Adicionais** e pagamento de todas as despesas advindas de tal utilização.

Transação: lançamento de débitos/créditos, **Saque** ou operações comerciais de aquisição de produtos e/ou serviços, realizados pelos **Usuários** nos **Estabelecimentos** através do **Cartão**.

Usuários: **Titular** e/ou **Adicionais**, quando referidos em conjunto ou isoladamente.

Utilização do Cartão: caso o **Titular** esqueça a senha do **Cartão**, poderá solicitar uma nova senha dentro do **Aplicativo**. O **Cartão** será entregue ao **Titular** bloqueado para utilização, sendo que o desbloqueio do **Cartão** deverá ser solicitado conforme instruções do *welcome kit* do **Cartão**.

Utilização Internacional: O **Cartão** pode ser utilizado no exterior para compras e retiradas de recursos. O **Titular** deverá observar as normas em vigor para aquisição de bens ou serviços no exterior.

2. Objeto

2.1. O presente **Contrato** regula as condições gerais aplicáveis à prestação dos serviços de emissão e administração do **Cartão** e da **Conta Digital**, entre a **Emissora** e o **Titular**, bem como a sua utilização por esse último e seus **Adicionais**.

2.1.1. A adesão do **Titular**, após ter lido e concordado com o presente **Contrato**, dar-se-á com a ocorrência da finalização da **Adesão**, onde a **Emissora** irá analisar e aprovar a proposta, se for o caso, as informações encaminhadas pelo **Titular**, enviando o **Cartão** ao endereço indicado por esse, bem como pelo primeiro uso do **Cartão** e/ou pela prática de qualquer ato ou fato que caracterize a utilização do **Cartão**, inclusive o pagamento da **Fatura**.

2.1.2. Na prática de quaisquer dos atos acima, o **Titular** estará aderindo ao presente **Contrato** nos termos e condições da modalidade contratada.

2.1.3. Caso o **Titular** utilize a **Conta Digital** mediante prévio desbloqueio do **Cartão**, poderá utilizar o **Cartão** na **Função Débito** para a movimentação de seus recursos previamente aportados na referida **Conta Digital**, conforme regras específicas definidas no Anexo I.

2.2. Adicionais

2.2.1. Mediante solicitação do **Titular** e sob sua inteira responsabilidade, a **Emissora** poderá emitir **Cartões** específicos para uso dos **Adicionais**, limitado até 5 (cinco) cartões, podendo tal número ser alterado a exclusivo critério da **Emissora**. Tais cartões estarão vinculados ao **Cartão** do **Titular** e este será exclusivamente responsável pelo uso, despesas, pagamentos e obrigações decorrentes.

2.2.2. O **Limite de Crédito** é único para o **Cartão** do **Titular** e para os **Cartões** dos **Adicionais**.

2.2.3. O **Titular** deverá gerenciar o uso do **Cartão** de seus **Adicionais**, por meio do **Aplicativo**, **Central de Atendimento** e demais **Canais de Atendimento** da **Emissora**, ficando sob responsabilidade do **Titular** a comunicação aos **Adicionais** que tiveram o seu **Cartão** bloqueado ou cancelado.

2.2.4. O **Adicional** somente terá um **Cartão** na **Funcionalidade Crédito**, e não terá acesso à **Função Débito** e à **Conta Digital**.

3. Tarifas

3.1. Ao aderir ao presente **Contrato**, o **Titular** estará sujeito à incidência das **Tarifas** a seguir indicadas:

- (a) Tarifa de Anuidade: pelos serviços de administração do **Cartão** e disponibilização da rede de **Estabelecimentos**, cobrada de forma parcelada apenas nos meses que houver saldo devedor e compras na **Fatura**. Na hipótese de suspensão do **Cartão** ou rescisão do **Contrato** a anuidade não será cobrada.
- (b) Tarifa de Avaliação Emergencial de Crédito: no caso de utilização do **Cartão** acima do **Limite de Crédito** disponível;
- (c) Tarifa de Emissão de Cartão: cobrada no momento em que o **Titular** solicita emissão do **Cartão** para o **Adicional**;
- (d) Tarifa de Fornecimento de Segunda Via de Cartão: a cada solicitação de qualquer via do **Cartão**;
- (e) Tarifa de Saque na Função Crédito: cobrada sobre toda a solicitação de retirada de recursos na **Função Crédito**;
- (f) Tarifa de Saque na Função Débito: cobrada sobre toda a solicitação de retirada de recursos na **Função Débito**.

3.1.1. Independentemente da data em que o **Titular** faça a **Adesão**, a sequência de cobrança de **Tarifa de Anuidade** seguirá o calendário anual para fins de lançamento da **Fatura**. Para fins de clareza, se o **Titular** finalizar a adesão no mês de maio e houver compras na fatura em junho, constará na **Fatura** a **Tarifa de Anuidade** "6/12" correspondente ao mês vigente, embora seja a primeira cobrança da referida **Tarifa**.

3.2. Em caso de adoção de outras tarifas pela **Emissora**, a sua cobrança poderá ser iniciada mediante comunicação prévia ao **Titular** através da **Fatura**, no **Site** ou por intermédio de outros **Canais de Atendimento** disponibilizados da **Emissora**.

3.3. A **Emissora** poderá, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro deste **Contrato**, alterar os valores e/ou percentuais das **Tarifas**, os quais poderão ser comunicados ao **Titular** por escrito na **Fatura**, via SMS, Push, E-mail, **Aplicativo** ou ainda através de publicação no site da **Emissora** (www.cooperbank.com.br) com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência à cobrança. A realização de qualquer **Transação** pelo **Usuário** após a comunicação ou publicação da alteração das **Tarifas**, implicará na aceitação aos novos valores aplicáveis, sem a necessidade de alterar e aditar o presente **Contrato**.

3.4. O **Titular** poderá a qualquer tempo consultar previamente o valor e/ou o percentual das **Tarifas** publicadas no site da **Emissora** (www.cooperbank.com.br).

3.5. A **Emissora** poderá isentar o pagamento de qualquer **Tarifa** e/ou taxa em determinado período, por mera liberalidade, sem que isso caracterize a obrigatoriedade de manter tal isenção para outros períodos.

3.6. A **Emissora** poderá instituir e/ou revogar as tarifas e/ou taxas descritas na presente Cláusula, a qualquer momento.

4. Utilização do Cartão

4.1. Disposições Gerais da Utilização do Cartão

4.1.1. Após o envio do **Cartão**, pela **Emissora**, caso o **Titular** não receba o **Cartão** em até 15 (quinze) dias úteis, esse deverá entrar em contato com a **Emissora**.

4.1.2. A utilização do **Cartão**, tanto na **Função Crédito** quanto na **Função Débito**, é formalizada com a digitação de **Senha**, por meio da tecnologia **Contactless** ou por outros meios disponibilizados pela **Emissora** e que caracterizam a expressa manifestação de vontade e concordância com a operação em questão.

4.1.3. É vedado ao **Usuário** utilizar o **Cartão** para prática de atos proibidos pela legislação vigente no Brasil e/ou determinados e controlados pela **Bandeira**.

4.1.4. O desbloqueio do **Cartão** de qualquer **Usuário** deverá ser realizado no **Aplicativo** ou qualquer outro meio que poderá ser disponibilizado pela **Emissora**. E este ato, bem como a utilização do **Aplicativo** e **Cartão** também serão considerados como aceite aos termos deste **Contrato**.

4.1.5. Constatado o uso irregular, inadequado, ou suspeito do **Cartão**, em qualquer função contratada, a **Emissora**, a seu exclusivo critério, poderá promover a suspensão imediata do uso do **Cartão** pelo prazo que entender cabível, ou o seu cancelamento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções legais e contratuais cabíveis.

4.1.6. O **Titular** concorda que em decorrência de ordem judicial e/ou administrativa que seja imposta para a **Emissora** cumprir, as funcionalidades do **Cartão**, inclusive o **Limite de Crédito**, poderão sofrer alterações ou, ainda, o seu bloqueio.

4.1.7. Os **Usuários** que possuírem pendências, inclusive financeiras, junto à **Emissora**, não poderão desbloquear o **Cartão** até a regularização total das referidas pendências.

4.1.8. As Transações realizadas em qualquer função contratada junto à **Emissora** que forem autenticadas por Token, PIN e/ou **Senhas** ou na modalidade **Contactless** serão de exclusiva responsabilidade dos Usuários.

4.1.9. **Titular** quando estiver próximo à data de vencimento do **Cartão**, a **Emissora** solicitará as atualizações cadastrais do **Titular** que deverão ser fornecidas tempestivamente por este. Os novos **Cartões** serão enviados para o **Titular**, com novas datas de vencimento.

4.1.10. Por **segurança**, a **Emissora** poderá restringir o uso do **Cartão** ou bloquear **Transações** em determinadas horas do dia e locais, **Estabelecimentos** ou ainda, cidades ou países considerados de risco, ou restringir o uso dependendo das políticas internas da **Emissora**.

4.1.11. O **Titular** concorda que, na ativação do **Cartão Virtual** ou do desbloqueio do **Cartão**, a **Emissora** poderá cancelar, a seu exclusivo critério, o Cartão de Crédito Cooper Card, caso o **Titular** tenha adquirido esse produto. Os **Serviços Adicionais** cobrados no Cartão de Crédito Cooper Card poderão passar a ser cobrados no **Cartão de Crédito Cooper Bank**.

4.1.12. Após o recebimento do **Cartão**, os **Usuários** poderão desbloquear o **Cartão Virtual** e efetuar compras online nos **Estabelecimentos**. A **Transação** com o **Cartão Virtual** será efetivada de acordo com os **Estabelecimentos** habilitados para essa modalidade e o preenchimento correto das informações, levando em consideração que o código de segurança do **Cartão** (CVV) é dinâmico, ou seja, atualiza-se a cada 24h (vinte e quatro horas) a contar de sua exibição.

4.1.13. É de inteira e exclusiva responsabilidade do **Titular** eventual compartilhamento das informações e dados do seu **Cartão** ou **Cartão Virtual** para a realização de **Transações**, isentando a **Emissora** nos casos de vazamento das informações compartilhadas indevidamente.

4.1.14. A contratação do **Cartão** na **Função Crédito**, consiste na abertura de **Conta de Pagamento Pós-Paga**, a qual será destinada à execução de **Transações** de pagamento por meio do **Cartão** nessa função.

4.1.15. O **Cartão** poderá ser utilizado, na **Função Crédito**, no Brasil ou no exterior, para compra de bens e/ou serviços nos **Estabelecimentos**, bem como para **Saque** na **Função Crédito** nas redes credenciadas, observados o **Limite de Crédito** contratado e o período de validade impresso no **Cartão**.

4.1.16. O **Titular** compreende e concorda que a **Emissora** não é responsável pela eventual restrição dos **Estabelecimentos** ao uso do **Cartão**. Da mesma maneira, a **Emissora** não é responsável pela entrega, qualidade, pela quantidade, por defeitos ou vícios de bens e/ou serviços adquiridos, ou por qualquer diferença de preço. Qualquer reclamação relacionada aos produtos e/ou serviços adquiridos com o **Cartão** deverá ser direcionada exclusivamente ao **Estabelecimento**. Caberá ao **Titular** pagar à **Emissora** a despesa correspondente e resolver qualquer pendência diretamente junto ao **Estabelecimento**.

4.1.17. A utilização do **Cartão** no exterior restringe-se a compras e retirada de recursos. O **Titular** deverá observar as normas em vigor para aquisição de bens ou serviços no exterior.

4.1.18. O uso do **Cartão** no exterior está sujeito às normas especiais emitidas periodicamente pelo Banco Central do Brasil que o **Titular** deverá respeitar. As sanções cíveis daí decorrentes, poderão, eventualmente, incluir multas que serão cobradas na própria **Fatura** ou cancelamento da autorização de **Uso Internacional**.

4.2. Compras à Vista ou Parceladas na Função Crédito

4.2.1. Na **Função Crédito**, o **Cartão** poderá ser utilizado para compras à vista ou parceladas.

4.2.2. O parcelamento das compras na Função Crédito, no Brasil e/ou exterior, é uma operação oferecida pelos **Estabelecimentos**, sendo que o número de parcelas e demais informações relacionadas a esse tipo de parcelamento são de total responsabilidade do **Estabelecimento**.

4.2.3. Ao efetuar compras parceladas na Função Crédito, de qualquer tipo, o **Titular** tem conhecimento de que o valor total da compra será debitado do **Limite de Crédito**, e que o valor de cada parcela será lançado para pagamento nos respectivos vencimentos. O restabelecimento do **Limite de Crédito** ocorrerá conforme o reconhecimento do pagamento de cada parcela nos termos deste **Contrato**.

4.2.4. Será possível realizar o pagamento antecipado das parcelas vincendas, mediante a opção de antecipar o pagamento da **Fatura**, disponível no **Aplicativo**.

4.2.5. Em caso de cancelamento de qualquer compra ou pré-autorização na **Função Crédito**, o **Titular** deverá obter, no ato, o comprovante do cancelamento junto ao **Estabelecimento**.

4.2.6. Para que haja o estorno de um valor ou não lançamento de uma **Transação** na **Fatura**, caberá ao **Usuário** acionar o **Estabelecimento**, o qual será responsável para dar andamento na solicitação daquele junto ao adquirente.

4.3. Saque na Função Crédito

4.3.1. O **Saque** na **Função Crédito** é o serviço, quando disponível, de retirada de dinheiro com o **Cartão** na **Função Crédito**, no Brasil ou no exterior, nas redes credenciadas para esta finalidade, respeitando sempre o limite de **Saque**, mediante realização de uma operação de empréstimo.

4.3.2. Esse **Saque** não utiliza recursos existentes na **Conta Digital**, sendo que tal operação constituída de uma modalidade de empréstimo, com cobrança de juros compostos, tarifas descritas na Cláusula 3ª (terceira) e incidência de tributos sobre o **Saque** na **Função Crédito** realizado. Esse empréstimo será obtido junto à instituição financeira autorizada a operar, nos termos da Cláusula "Mandato e Financiamento".

4.3.3. Os **Encargos Financeiros** de financiamento incidirão sobre o valor do **Saque** na **Função Crédito**, desde que autorizado pela **Emissora**, e serão calculados sobre o número de dias financiados, a partir da data em que for efetivado, sendo inseridos na **Fatura** relativa ao mês em que tiver ocorrido, ou na **Fatura** relativa ao mês imediatamente subsequente, sem prejuízo a eventuais **Encargos Financeiros**.

4.3.4. O limite para o **Saque** na **Função Crédito** está sujeito à avaliação de crédito pela **Emissora**, no momento da contratação do **Cartão** e, será informado na **Fatura** o limite específico para este tipo de **Transação** e no **Aplicativo**.

4.3.5. Quando realizado o **Saque**, este valor será deduzido do **Limite de Crédito** do **Cartão**.

4.3.6. Para o **Saque** na **Função Crédito** no exterior, além dos tributos/impostos e da tarifa de saque mencionada na Cláusula 3.1, poderá haver a cobrança de tarifas pela empresa responsável, pela rede credenciada do terminal utilizada. As tarifas e os impostos não estão sob o controle ou gestão da **Emissora**.

4.3.7. O funcionamento da opção **Saque** no **Limite de Crédito** e no saldo da conta digital (quando disponibilizada) na Rede Plus, por intermédio da Rede Global de Caixas Eletrônicos VISA, como por exemplo: Banco 24 Horas dentre outros, é de responsabilidade única da instituidora de arranjos de pagamento e não da **Emissora** do **Cartão**. O **Titular** poderá realizar uma consulta prévia no link <https://www.visa.com/locator/atm>, para saber qual o estabelecimento mais próximo ao seu local está habilitado para esta função.

4.4. Utilização Internacional na Função Crédito

4.4.1. O **Titular** poderá utilizar o **Cartão** na **Função Crédito**, presencialmente no exterior, para compras ou **Saques**, mediante ativação da referida função no **Aplicativo** feita pelo **Titular**. O valor das operações realizadas com o **Cartão** na **Função Crédito** em **Estabelecimentos** no exterior ou em sites de compras internacionais em dólar norte-americano, será convertido para moeda corrente nacional na data da autorização da operação e cobrado na **Fatura** por meio da aplicação da taxa de câmbio do dólar norte-americano utilizada pela **Emissora**.

4.4.2. As despesas no exterior não se restringem apenas ao deslocamento geográfico do **Titular**.

4.4.3. O **Cartão Virtual** já vem habilitado para realização de compras internacionais de forma online, podendo ser desabilitado pelo **Titular**.

4.4.4. O valor das operações realizadas em **Estabelecimentos** no exterior ou em sites de compras internacionais em moeda distinta do dólar norte-americano será primeiramente convertido em dólar

norte-americano, conforme os sistemas e critérios utilizados pela **Bandeira** e, posteriormente, será convertido em moeda corrente nacional e cobrado na **Fatura** na data da autorização da operação.

4.4.5. Caso **Estabelecimentos** no exterior ou sites de compras internacionais anunciem vendas em moeda corrente nacional, o mesmo procedimento descrito acima será observado. Dessa forma, o valor anunciado em moeda corrente nacional será primeiramente convertido em dólar norte-americano, conforme os sistemas e critérios utilizados pela **Bandeira** e, posteriormente, será convertido em moeda corrente nacional e cobrado na **Fatura**.

4.4.6. A taxa de câmbio do dólar norte-americano utilizada pela **Emissora** será compatível com a taxa média de mercado para operações de varejo com pessoas físicas, podendo, em determinados dias, ser superior ou inferior à taxa média divulgada pelo Banco Central do Brasil.

4.4.7. As **Transações** internacionais realizadas a crédito são discriminadas na **Fatura** em moeda corrente nacional e dólares americanos, com a cotação do dólar e taxa de conversão praticada pela Emissora no dia da aprovação da compra ou em caráter excepcional, facultado a oferta, no dia fechamento da **Fatura** e condicionada a aceitação expressa do cliente.

4.4.8. O **Titular** ficará sujeito ao pagamento de: a) Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”), de acordo com a alíquota vigente na data da **Transação**; b) um spread cambial, valor aplicado na taxa de câmbio para cobrir custos adicionais que existem com essas **Transações**, os quais incidirão sobre o valor das **Transações**.

4.4.9. A utilização do **Cartão** fora do Brasil não será autorizada em **Estabelecimentos** não permitidos pela legislação aplicável brasileira e/ou determinados e controlados pela **Bandeira**.

4.4.10. Em caso de utilização do seu **Cartão** na **Função Crédito** no exterior, o **Titular** deverá observar as determinações legais brasileiras em vigor, em especial as normas do Banco Central do Brasil sobre o mercado de câmbio.

4.4.11. O **Titular** fica ainda ciente e concorda que: (i) a **Emissora** é obrigada a fornecer ao Banco Central do Brasil informações sobre todas as **Transações** realizadas com o **Cartão** no exterior e; (ii) o Banco Central do Brasil poderá comunicar eventuais indícios de irregularidades à Receita Federal do Brasil ou outro órgão público competente.

4.4.12. Não são permitidas **Transações** que possam configurar investimento no exterior, não permitidos pela legislação aplicável brasileira e/ou determinados e controlados pela **Bandeira**.

4.5. Limite De Crédito

4.5.1. Os **Usuários** poderão estabelecer, a qualquer tempo, **Limite de Crédito** aprovado, para compras à vista, parceladas e saques, até o valor total do **Limite de Crédito** do **Titular** aprovado, concordando o **Titular** que tais limites poderão sofrer alterações, podendo ser reduzidos a qualquer momento ou majorados, a critério da **Emissora**, conforme políticas de crédito vigentes e concordância do **Titular**.

4.5.2. A **Emissora** poderá reduzir o **Limite de Crédito** discricionariamente nos termos da legislação aplicável, mediante comunicação ao **Titular** via SMS, Push, **Aplicativo** entre outros meios, no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência da data da redução, salvo, em casos em que a **Emissora** verificar que houve deterioração do perfil de risco de crédito do **Titular**, conforme critérios definidos pela Emissora, onde a notificação da redução ocorrerá no momento da redução do **Limite de Crédito**, podendo, inclusive, ser cancelado o **Limite de Crédito**, independentemente da data de validade do **Cartão**.

4.5.3. O **Limite de Crédito** atribuído ao **Titular** é único para o **Cartão**, **Cartão Virtual** e para os **Adicionais**, seja em moeda corrente nacional ou estrangeira.

4.5.4. O **Limite de Crédito** será informado ao **Titular** por meio do **Aplicativo**, da **Fatura**, e/ou na Central de Atendimento ou nos demais **Canais de Atendimento** disponibilizados pela **Emissora**, devendo o **Usuário** acompanhar e consultar previamente o **Limite de Crédito** antes de realizar qualquer **Transação**, bem como realizar ajustes na barra de **Limite de Crédito**.

4.5.5. O **Limite de Crédito** será comprometido pelo valor total de: (i) gastos e despesas decorrentes do uso do **Cartão**, inclusive de compras parceladas; (ii) pré-autorizações de operações com o **Cartão**; (iii) **Encargos Financeiros** e demais despesas de acordo com este **Contrato**; (iv) empréstimos contratados, inclusive para pagamento parcelado; (v) renegociações das condições de pagamento do **Cartão**; e (vi) outros pagamentos devidos à **Emissora** nos termos deste **Contrato**, inclusive multas, juros moratórios, juros remuneratórios e correção monetária em caso de atraso no pagamento.

4.5.6. O **Limite de Crédito** será recomposto na proporção dos valores efetivamente recebidos pela **Emissora** a título de pagamento da **Fatura**. A recomposição do **Limite de Crédito** será efetuada em até 3 (três) dias úteis contados da data do pagamento.

4.5.7. Caso o **Titular** queira solicitar a redução de seu **Limite de Crédito**, poderá assim proceder por meio do **Aplicativo** ou outro meio de comunicação disponibilizado pela **Emissora**, através de ajuste na barra de **Limite de Crédito**.

4.5.8. A majoração do **Limite de Crédito** poderá ser efetivada pela **Emissora**, concordando expressamente o **Titular**, de que o seu limite poderá ser majorado, por meio de comunicação via **Aplicativo** ou outros **Canais de Atendimento**. O uso do **Cartão** na **Função Crédito**, após as comunicações de aumento, implicará sua expressa concordância com o novo **Limite de Crédito**.

4.5.9. O **Titular** poderá parametrizar o **Limite de Crédito** disponível para as operações utilizando o **Cartão** na barra de ajuste no **Aplicativo** ou por outro meio disponibilizado pela **Emissora**. Para solicitação de aumento de seu **Limite de Crédito** acima do que foi estabelecido pela **Emissora**, o **Titular** deverá contatar os **Canais de Atendimento** levando em consideração que a **Emissora**, a seu exclusivo critério, poderá negar a solicitação do referido limite.

4.5.10. A **Emissora** negará a utilização do **Cartão** na **Função Crédito**, caso não haja **Limite de Crédito** disponível no momento da **Transação**, exceto pela utilização do **Limite Emergencial** quando disponibilizado pela **Emissora**.

4.5.11. O **Titular** poderá utilizar o **Limite Emergencial**, para a realização de operação acima do **Limite de Crédito** disponível, mediante cobrança da **Tarifa** integral de Avaliação Emergencial de Crédito, independentemente do valor que foi utilizado do **Limite Emergencial** extra disponibilizado. O **Limite Emergencial** será definido exclusivamente pela **Emissora** e será avaliado em cada **Transação**.

4.5.12. A eventual operação acima do **Limite de Crédito** disponível não implicará no aumento do **Limite de Crédito**.

4.5.13. Somente após a disponibilização do serviço, o **Titular** poderá consultar o valor disponibilizado para compras por **Avaliação Emergencial de Crédito** por meio do **Aplicativo**. O valor informado somente terá validade para o momento da compra.

4.5.14. O **Titular** poderá, a qualquer momento, desativar o serviço de **Avaliação Emergencial de Crédito** por meio do **Aplicativo**.

4.6. Fatura

4.6.1. A **Emissora** enviará ao **Titular** mensalmente no endereço eletrônico (E-mail) informado na **Adesão**, a **Fatura** para pagamento. A **Fatura** em formato eletrônico também estará disponível para acesso no **Aplicativo** ou ainda poderá ser solicitada nos **Estabelecimentos Parceiros**, quando estes disponibilizarem os serviços.

4.6.2. A **Fatura** é o documento que conterà, sem se limitar, as seguintes informações: (i) o valor dos gastos e despesas decorrentes da utilização do **Cartão na Função Crédito**, inclusive na função de **Saque, Pix no Crédito e Boletão no Crédito**, bem como tributos/impostos devidos; (ii) o valor de **Encargos Financeiros** (dentre eles juros remuneratórios, tarifas, juros de mora e multa, conforme aplicável); (iii) os valores cobrados a título de juros compostos e tributos/impostos, pelas operações de financiamento contratadas; (iv) o valor da **Fatura** anterior paga e eventuais créditos que o **Titular** tenha com a **Emissora**; (v) a data de vencimento da **Fatura**; (vi) o valor do **Pagamento Mínimo**; (vii) instruções para pagamento; (viii) os percentuais das taxas de juros remuneratórios, tributos/impostos e o Custo Efetivo Total - CET; (ix) o **Limite de Crédito** e; (x) eventuais cobranças ou créditos referentes a contratações que detiver junto à **Emissora** ou de parceiros dessa.

4.6.3. Informações complementares deverão conter: I - lançamentos realizados na conta de pagamento, por evento, inclusive quando parcelados; II - identificação das operações de crédito contratadas e respectivos valores; III - valor de cada parcela das operações de crédito contratadas, incluindo o número da parcela em relação ao total, em caso de cobrança parcelada; IV - valores relativos aos juros e encargos financeiros cobrados no período vigente, segregados de acordo com os tipos de operações de crédito contratadas; V - valor total de juros e encargos financeiros cobrados referentes às operações de crédito contratadas; VI - identificação das tarifas cobradas, de acordo com as regras previstas na regulamentação vigente, incluindo o número da parcela em relação ao total, em caso de cobrança parcelada; VII - data de encerramento dos lançamentos na **Fatura** do período seguinte; VIII – se aplicável, identificação dos **Usuários** finais beneficiários de pagamento ou transferência, inclusive nas situações em que o serviço de pagamento envolver instituições participantes de diferentes arranjos de pagamento (deve ser disponibilizado nas **Faturas** da conta de pagamento pós-paga o nome fantasia de **Usuários** finais pessoas jurídicas e empresários individuais, quando houver); IX - limites individuais para cada tipo de operação, incluindo os limites de crédito utilizados e disponíveis; e X - saldo total consolidado das obrigações futuras, inclusive das relativas a parcelamentos de compras, de operações de crédito e de tarifas.

4.6.4. A **Fatura** ainda poderá ser utilizada para comunicar: (a) eventuais cobranças de novas tarifas, taxas e/ou aumentos; (b) alterações nas condições deste **Contrato**; (c) informações e mensagens relativas ao **Sistema Cooper Card**; e (d) informações e promoções referentes à oferta de produtos ou serviços da **Emissora** ou de terceiros, dentre outras informações.

4.6.5. O **Titular** deverá conferir todos os lançamentos constantes na **Fatura** e, caso discorde de algum, o **Titular** poderá questioná-lo no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da **Transação** da compra realizada. O não questionamento de quaisquer lançamentos das **Transações** das compras em tal prazo implicará no reconhecimento e aceitação pelo **Titular**. O **Titular** deverá realizar o pagamento da **Fatura**, independentemente de ter havido contestado qualquer **Transação**.

4.6.5.1. O **Titular** autoriza a **Emissora**, por prazo indeterminado, a realizar estornos necessários à correção de lançamentos incorretos efetuados na **Fatura** e/ou conta, decorrentes de erros, falhas operacionais ou suspeita de fraude. Independentemente da iniciativa da **Emissora**, sempre que o **Titular** identificar a existência de qualquer valor indevidamente debitado ou creditado, deverá informar imediatamente a **Emissora**.

4.6.6. O **Titular** deverá enviar toda a documentação necessária que sustente a reclamação para a **Emissora**, para fins de cumprimento do item acima. As **Transações** contestadas estão sujeitas às regras de resolução de disputa instituídas pela **Bandeira**.

4.6.7. As contestações envolvendo não recebimento/reconhecimento do **Cartão**, poderão ser contestadas a qualquer tempo pelo **Titular**.

4.6.8. O **Titular** deve consultar os **Canais de Atendimento** da **Emissora** e seguir as instruções de pagamento disponíveis.

4.6.9. O não recebimento da **Fatura** não exclui a obrigação do **Titular** de pagamento da **Fatura** na data de vencimento. A **Fatura** sempre estará disponível no **Aplicativo** em até 72h (setenta e duas horas) após o

respectivo fechamento, podendo ser acessada a qualquer tempo e paga até o vencimento, e caso não receba a **Fatura** no prazo em até 1 (um) dia da data anterior ao vencimento, deverá entrar em contato com a **Emissora** nos **Canais de Atendimento** disponibilizados.

4.6.10. Será permitida a alteração da data de vencimento da **Fatura**, desde que observado o prazo de carência de 180 (cento e oitenta) dias em relação à última alteração do vencimento, limitado a 2 (duas) alterações dentro do período de 12 (doze) meses. O **Titular** deve solicitar a alteração em até 30 (trinta) dias da data de fechamento da **Fatura**.

4.6.11. O **Titular** toma ciência e concorda que, uma vez fechada a **Fatura**, a mesma não será modificada, sendo que qualquer eventual ajuste de valores ou das **Transações** efetivadas, poderá ser ajustado na próxima **Fatura** pela **Emissora**.

4.7. Pagamento da Fatura

4.7.1. Em cada mês, o **Titular** poderá optar por uma das alternativas abaixo:

- (a) Pagamento Total: Efetuar o pagamento total das suas despesas com o **Cartão** até a data de vencimento da **Fatura** para evitar a incidência de **Encargos Financeiros**; ou
- (b) **Pagamento Mínimo** ou Parcial: Pagar o valor mínimo indicado na **Fatura** ou abaixo do total. Neste caso o **Titular** estará optando pelo financiamento como **Crédito Rotativo** do saldo restante da **Fatura** e haverá incidência de juros remuneratórios e IOF no próximo período. O valor financiado corresponderá à diferença entre o valor total devido e o valor pago, devendo ser adimplido em conjunto com os respectivos Encargos Financeiros, na data de vencimento da **Fatura** do mês seguinte à sua contratação. Esse Financiamento do Crédito Rotativo será obtido nos termos da Cláusula 4.9 deste Contrato; ou
- (c) Pagar qualquer valor inferior ao **Pagamento Mínimo**, considera-se que o **Titular** está em atraso. Neste caso o **Titular** estará optando pelo financiamento do saldo restante da **Fatura** e haverá incidência de **Encargos Financeiros**. O valor financiado corresponderá à diferença entre o valor total devido e o valor pago, devendo ser pago, em conjunto com os respectivos **Encargos Financeiros**, na data de vencimento da **Fatura** do mês seguinte à sua contratação.
- (d) Parcelamento da **Fatura**: Se disponível, o **Titular** poderá contratar o parcelamento do saldo total da **Fatura** em parcelas mensais fixas com juros e IOF; o **Titular** poderá ainda consultar as opções na **Fatura** e pagar o valor exato da parcela da opção que escolher até a data do vencimento da **Fatura**. As parcelas serão lançadas todo mês na **Fatura**. Estas parcelas não incluem lançamentos com vencimentos futuros;
- (e) Parcelamento do Rotativo: Se o **Titular** já tiver utilizado o **Financiamento do Crédito Rotativo** no mês anterior, poderá optar pelo Parcelamento do Rotativo, conforme dispõe a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017 do Banco Central do Brasil e suas respectivas atualizações ou realizar o pagamento de qualquer quantia entre o valor total da **Fatura** e o valor do **Pagamento Mínimo**, se disponível.

4.7.2. Referente a alínea “b” anterior, serão cobrados na próxima **Fatura** os seguintes valores: (1) saldo financiado na modalidade **Financiamento do Crédito Rotativo** + (2) juros remuneratórios correspondentes a esta modalidade sobre o saldo financiado proporcional, e de acordo com o período aplicável + (3) IOF + (4) valor dos novos lançamentos realizados com o **Cartão** na **Função Crédito** + (5) eventuais compras parceladas + (6) eventuais parcelas de financiamento + (7) eventuais **Saques** e **Encargos Financeiros** incidentes + (8) eventuais tarifas.

4.7.3. Referente a alínea “d” anterior, o **Titular** poderá optar por pagar sua **Fatura** de forma parcelada até a data de vencimento da **Fatura**, o valor exato da parcela. Desta forma, o **Titular** financiará o saldo restante de sua **Fatura** junto a instituição financeira autorizada a operar. Sobre o valor total parcelado serão devidos juros remuneratórios e tributos/impostos correspondentes à modalidade “parcelamento”, incluídos em parcelas fixas que vencerão mensalmente no mesmo dia de vencimento da **Fatura**. Nesse caso, serão cobrados na próxima **Fatura** os seguintes valores: (1) parcela do “parcelamento” + (2) valor dos novos lançamentos realizados com o **Cartão** na **Função Crédito** + (3) eventuais compras parceladas + (4) eventuais parcelas de **Financiamento do Crédito Rotativo** + (5) eventuais **Saques** e **Encargos Financeiros** incidentes + (6) eventuais tarifas.

4.7.4. Em eventual pagamento superior ao valor da **Fatura**, a **Emissora** fará o lançamento de eventual crédito na próxima **Fatura**.

4.7.5. A **Fatura** poderá ser paga em canais eletrônicos, agências ou correspondentes bancários de todo o Brasil.

4.7.6. É obrigação do **Titular** utilizar boletos gerados somente pelo **Aplicativo** da **Emissora** ou poderão ser enviados por E-mail ou outro canal disponibilizado por qualquer empresa integrante do **Sistema Cooper Card**, devendo o **Titular** confirmar a origem do boleto perante a **Emissora** nos **Canais de Atendimento** disponibilizados.

4.7.7. A **Emissora** ficará isenta de qualquer responsabilidade quando não for possível realizar o débito automático, caso seja opção de escolha do **Titular**, ou caso este seja realizado parcialmente, ambos os casos em razão da insuficiência de saldo na **Conta Digital** do **Titular** na data dos respectivos vencimentos da **Fatura**.

4.7.8. A **Emissora** eximir-se-á de qualquer responsabilidade pelo não pagamento da **Fatura** por meio do débito automático, quando estiver disponibilizado, em virtude de (i) eventos de força maior ou caso fortuito, conforme estabelece o Artigo 393 do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002); e/ou (ii) problemas operacionais dos sistemas que impossibilitem a realização do débito automático. O **Titular** deverá realizar o pagamento das despesas não quitadas por débito automático em razão do disposto na presente Cláusula.

4.7.9. Caso a data de vencimento da **FATURA** coincida com dia não útil para a realização de operações bancárias, o pagamento poderá ser efetuado, sem encargos, no primeiro dia útil subsequente. Para os efeitos deste **CONTRATO**, considera-se “dia útil” aquele que não conste na relação de feriados nacionais, federais ou bancários, conforme calendário oficial divulgado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

4.8. Falta ou Atraso No Pagamento

4.8.1. Caso, em qualquer mês, o **Titular** não efetue, pelo menos, o **Pagamento Mínimo** até a data de vencimento da respectiva **Fatura**, o **Titular** estará em atraso e, neste caso, estará automaticamente optando pelo financiamento do saldo devedor da **Fatura (Crédito Rotativo)**, o qual deverá ser pago à **Emissora** acrescido dos seguintes encargos: (a) **Encargos Financeiros**, devidos à **Emissora** em razão do financiamento do saldo devedor obtido nos termos da Cláusula 4.9 deste **Contrato**; (b) multa de 2% (dois por cento), ou outro percentual que venha a ser permitido pela legislação, sobre o saldo devedor; (c) juros de mora de 1% (um por cento) ou na maior taxa permitida pela legislação, sobre o saldo devedor, calculados pro rata die desde o vencimento da **Fatura** até a data do efetivo pagamento; (d) correção monetária; (e) juros remuneratórios por dia de atraso sobre a parcela vencida ou sobre o **Saldo Devedor** não liquidado, conforme o caso; e (f) tributos devidos na forma da legislação em vigor.

4.8.2. O atraso no pagamento de qualquer obrigação devida pelo **Titular** por conta deste **Contrato**, ou pendências financeiras junto à **Emissora**:

- (a) Poderá ocasionar o bloqueio ou o cancelamento do **Cartão** e/ou **Serviços Adicionais** e de **Transações** via **Aplicativo**, independentemente de notificação ou qualquer outra formalidade, por obrigações vencidas;
- (b) Poderá acarretar na inclusão do nome do **Titular** em órgãos de proteção ao crédito; e
- (c) As obrigações futuras do **Titular** junto à **Emissora** poderão ser consideradas vencidas antecipadamente.

4.8.3. A falta ou atraso de pagamento da **Fatura** poderá acarretar, a partir de 68 (sessenta e oito) dias de atraso, no cancelamento definitivo do **Cartão**, sem prejuízo da incidência de todos os **Encargos Financeiros**. Nesta hipótese, a **Emissora** cessará o envio da **Fatura**, antecipando toda movimentação com vencimento futuro a valor presente, devendo o **Titular** entrar em contato com a **Emissora**, por meio dos **Canais de Atendimento**, para quitar seu saldo devedor, sem prejuízo de eventuais contatos da **Emissora** ou de terceiros autorizados por esta ao **Titular**.

4.8.4. A **Fatura** poderá ser paga em canais eletrônicos, agências ou correspondentes bancários de todo o Brasil. A **Fatura** será substituída por uma nova **Fatura**, quando do novo ciclo de fechamento desta, incidindo os **Encargos Financeiros** e o total será financiado pela **Emissora** nos termos do item 4.9.

4.8.5. Caso a **Emissora** tenha que recorrer à cobrança judicial ou extrajudicial de quaisquer valores em atraso devidos pelo **Titular** em decorrência deste **Contrato**, o **Titular** arcará com todas as despesas que a **Emissora** tenha com a adoção desses procedimentos, incluindo custos de postagem de cartas, de ligação telefônica, protestos, de inclusão de seus dados nos órgãos de proteção ao crédito, de custas judiciais e de honorários advocatícios, entre outras despesas.

4.8.6. O **Titular** desde já reconhece que o valor das despesas lançadas na **Fatura** constitui dívida líquida, certa e exigível e que este **Contrato**, acompanhado do extrato de conta, constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil.

4.8.7. As disposições desta Cláusula prevalecerão mesmo após o cancelamento do **Cartão** e/ou a rescisão do presente **Contrato**.

4.9. Cláusula Mandato e Financiamentos

4.9.1. Para a possibilidade de obtenção de financiamento de compras parceladas, de **Saques** na **Função Crédito**, **Fatura** em atraso e do saldo da sua **Fatura** (na modalidade de **Financiamento do Crédito** Rotativo, na modalidade "parcelamento" ou em caso de atraso de pagamento), na modalidade **Pix no Crédito** e **Boleto no Crédito** e eventuais produtos e/ou operações ofertadas pela **Emissora**, o **Titular**, desde já, nomeia a **Emissora** sua bastante procuradora com poderes especiais para, em seu nome e por sua conta, negociar e obter crédito perante instituições financeiras, outorgando-lhe poderes especiais para assinar contratos de financiamento, acertar prazos, juros e ônus da dívida, repactuar taxas de juros, ou ainda, substabelecer em todo ou em parte o mandato outorgado.

4.9.2. O **Usuário** desde já autoriza a **Emissora** a compartilhar os seus dados cadastrais e do seu **Cartão**, bem como os dados dos **Adicionais**, com as instituições financeiras para a obtenção dos financiamentos.

4.9.3. Os juros dos financiamentos devidos serão aplicados diariamente sobre o valor financiado, desde a data da contratação até a data de seu pagamento, capitalizados mensalmente, com base em um fator diário considerando-se um mês de 30 (trinta) dias.

4.9.4. Os **Encargos Financeiros** e os números mínimos e máximos de parcelas aplicáveis a cada operação de financiamento prevista neste **Contrato** serão informados previamente em sua **Fatura**, **Aplicativo** ou por qualquer meio de comunicação. Os percentuais informados na **Fatura** têm até o próximo fechamento.

4.9.5. O Custo Efetivo Total (CET) das operações de financiamento será informado pela **Emissora** nas **Faturas**, na forma de taxa percentual anual.

4.9.6. O cálculo do CET de cada operação considerará todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas nos termos deste **Contrato** em cada operação, sendo que para cálculo do CET do financiamento de despesas, informado na **Fatura**, será considerado o valor total da **Fatura**, subtraindo-se o valor da parcela de entrada ou do saldo restante.

4.9.7. O procedimento de financiamento do saldo devedor está de acordo com a Resolução nº 4.549/2017, publicada pela Banco Central (BACEN).

5. Medidas de Segurança

5.1. Medidas de Segurança e bloqueio do Cartão

5.1.1. O **Cartão** é de propriedade exclusiva da **Emissora** e é emitido e concedido para uso pessoal e intransferível do **Usuário**, que deverá manter o **Cartão** em boa guarda, conservando-o em segurança.

5.1.2. Ao receber o **Cartão**, os dados pessoais nele contidos devem ser conferidos. Por medida de segurança, a **Emissora** sempre enviará o **Cartão** bloqueado para utilização, em qualquer das funções contratadas, sendo que o **Titular** deverá realizar o desbloqueio via **Aplicativo**.

5.1.3. Para todos os fins e efeitos de direito, a digitação de **Senha** criada pelo **Titular**, é destinada ao único e exclusivo conhecimento deste, para utilização nas **Transações** que realizar. A **Senha** deverá ser memorizada e nunca anotada junto ao **Cartão**.

5.1.4. O **Titular** está ciente que a **Emissora** não solicita ao **Titular** a **Senha** e/ou Código de Verificação do **Cartão** ("CVV"), não sendo responsabilidade da **Emissora** quaisquer danos causados em razão do fornecimento desses dados pelo **Titular**.

5.1.5. Como medida de segurança, o **Usuário** deve: (a) guardar o **Cartão** em local seguro, nunca permitindo o uso por terceiros; (b) memorizar sua **Senha** e mantê-la em sigilo, não a informando a terceiros; (c) nunca anotar ou guardar a **Senha** com o **Cartão**; e (d) nunca exibir seu **Cartão** em locais públicos, especialmente em mídias sociais.

5.1.6. A **Emissora** poderá bloquear o **Cartão** e/ou a **Conta Digital**, nos seguintes casos:

- (a) Desatualização dos dados cadastrais do **Titular**;
- (b) O **Titular** deixe de atender pedido de envio de novos documentos para a comprovação da sua identidade e renda;
- (c) Atraso no pagamento da **Fatura**, bem como negociações e/ou renegociações de débitos do **Cartão**, ou pendências financeiras referentes a qualquer produto comercializado pela **Emissora**;
- (d) Restrições, tais como protestos e registros nos serviços de proteção ao crédito, relativas ao **Titular**;
- (e) **Cartão** sem uso por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, o qual será considerado como inativo;
- (f) Erro na digitação da **Senha**, em 5 (cinco) tentativas consecutivas;
- (g) Perda, furto, roubo ou extravio;
- (h) Operações fora do seu padrão de uso, bem como suspeita e/ou indícios de fraudes e de crimes financeiros;
- (i) Ocorrência de quaisquer outras hipóteses que possibilitem a rescisão imotivada deste **Contrato** pela **Emissora**;
- (j) CPF inapto perante à Receita Federal, podendo ocasionar no encerramento do **Cartão** e/ou **Conta Digital**;
- (k) Por determinação de ordem judicial, podendo os valores depositados na **Conta Digital** serem transferidos para conta judicial ou de outro órgão administrativo;
- (l) Por solicitação do **Titular**;
- (m) Incapacidade superveniente do **Titular**, informado pelo curador ou representante legal;
- (n) Por contestação de qualquer **Transação** por motivos de fraude;
- (o) Por reclusão do **Titular**.

5.1.7. A falta de regularização de alguma das hipóteses descritas no subitem 5.1.6, poderá acarretar na rescisão do **Contrato**, conforme Cláusula 7ª (sétima).

5.1.8. O **Cartão** bloqueado, durante o período de suspensão, não poderá ser utilizado pelo **Usuário**. Na hipótese de regularização do motivo que ocasionou o bloqueio do **Cartão**, a **Emissora** poderá restabelecer o uso, desde que o **Cartão** não tenha sido cancelado. A reativação do **Cartão** nos casos de bloqueio por ausência de utilização, negociação e/ou renegociação, está condicionada a realização de nova avaliação de crédito pela **Emissora**.

5.1.9. Ainda como medida de segurança, caso o **Titular** decida utilizar outro **Aparelho Eletrônico** que não aquele que o **Titular** tenha utilizado e habilitado na **Adesão**, ou em casos de esquecimento da **Senha**, a **Emissora** poderá solicitar que o **Titular** confirme algumas informações com a finalidade de garantir a sua segurança. Caso a **Emissora** entenda que não houve o atendimento das informações de forma correta a garantir sua identidade,

poderá não autorizar a utilização do **Aplicativo** no seu novo **Aparelho Eletrônico** e/ou até mesmo bloquear o seu **Cartão** preventivamente.

5.1.10. O **Titular** obriga-se a manter os seus dados pessoais, as suas informações financeiras e o seu endereço para correspondência atualizados, e sempre que houver alteração deverá informar imediatamente à **Emissora** via **Canais de Atendimento**. Além disso, a **Emissora**, sempre que necessários, poderá solicitar ao **Titular** a complementação e atualização dos seus dados cadastrais.

5.1.11. O **Titular** poderá dar preferência em utilizar o **Cartão Virtual** para compras online.

5.2. Perda, Extravio, Furto e Roubo do Cartão e do Aparelho Eletrônico

5.2.1. O **Usuário** obriga-se a comunicar imediatamente, a qualquer tempo, à **Central de Atendimento** ou via **Aplicativo**, qualquer ocorrência que possa resultar na utilização do **Cartão** e da **Conta Digital** por terceiros, tais como perda, extravio, furto ou roubo do **Cartão** ou do **Aparelho Eletrônico**, para que a **Emissora** possa restringir o acesso ao **Aplicativo** e cancelar imediatamente a utilização do **Cartão**.

5.2.2. O **Titular** ficará responsável pelo uso indevido do **Cartão**, da **Conta Digital** e do **Aplicativo** por terceiros até o exato momento da comunicação da ocorrência à **Emissora**, mesmo tratando-se de **Cartão** cancelado ou bloqueado. A partir da comunicação à **Emissora**, o **Titular** ficará isento da responsabilidade pelo uso indevido do **Cartão**, da **Conta Digital** e do **Aplicativo** por terceiros.

5.2.3. Caso o **Usuário** descumpra o dever de comunicação previsto acima, ou realize a comunicação em locais não indicados, o **Titular** será responsável por todas as operações realizadas por terceiros, não sendo admitido como comunicação válida e efetiva, a simples solicitação de ativação e desativação e/ou bloqueio do **Cartão** por meio do **Aplicativo**.

5.2.4. O **Usuário** deverá ainda confirmar por escrito a comunicação feita à **Emissora**, acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial, quando assim lhe for solicitado. Caso se comprove que o **Usuário** agiu de má-fé, fraudando o **Cartão**, a **Conta Digital** ou o acesso ao **Aplicativo** sob sua responsabilidade, o **Usuário** estará sujeito às sanções penais e civis previstas em Lei, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente.

5.2.5. Em caso de solicitação de segunda via do **Cartão** pelo **Usuário** em razão de perda, roubo, furto ou dano ao **Cartão** provocada pelo **Usuário** ou por terceiro, poderá haver a cobrança de Tarifa de Fornecimento de segunda via de **Cartão**, conforme Cláusula 3ª (terceira) deste **Contrato**.

5.2.6. Eventuais **Transações** realizadas em qualquer função contratada junto à **Emissora** que forem autenticadas por Token, PIN e/ou **Senhas** ou na modalidade **Contactless**, serão de exclusiva responsabilidade do **Usuário**.

5.2.7. O **Titular** tem o direito de no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de processamento da **Transação**, contestar despesas que forem relacionadas às hipóteses previstas nesta Cláusula 5.2. As **Transações** contestadas estão sujeitas às regras de resolução de disputa instituídas pela **Bandeira**. O não exercício deste direito implicará que o **Titular** reconhece e aceita a exatidão da compra/despesa realizada.

5.2.8. Ao solicitar a 2ª (segunda) via do **Cartão** e caso tenha contratado a **Função Crédito**, o **Titular** deverá atualizar o seu novo número do **Cartão (Função Crédito)** junto aos **Estabelecimentos** que possuam recorrência de cobrança automática na **Fatura**. Lembrando que serão apenas considerados para esta atualização os **Estabelecimentos** que forem previamente habilitados pela **Bandeira**.

5.3. Da Utilização do Aparelho Eletrônico para acesso ao Aplicativo

5.3.1. Na hipótese do **Usuário** utilizar o **Aplicativo** para realização de **Transações**, recargas, leitura de QR Code, consultas, entre outras funcionalidades, por meio de **Aparelhos Eletrônicos**, deve tomar as seguintes medidas: (a) não fornecer à terceiros a respectiva **Senha** e mantê-la em sigilo; (b) não emprestar seu **Aparelho**

Eletrônico à terceiros; e (c) possuir Firewall ativado; e praticar todos os meios possíveis que visem proteger o **Aparelho Eletrônico**.

5.3.2. O **Usuário** está ciente de que a funcionalidade de conectividade sem fio (ex: bluetooth, NFC, Wi-Fi, dados móveis de telefonia) ativa pode tornar seu **Aparelho Eletrônico** mais vulnerável e suscetível a ataques e arquivos maliciosos, sendo o controle pela proteção do **Aparelho Eletrônico** exclusivamente do **Usuário**.

5.3.3. A **Emissora** se exime de qualquer responsabilidade pelas perdas e danos, de toda natureza, que se possam atribuir no **Aplicativo** que possam causar alterações nos seus sistemas ou nos documentos armazenados no **Aparelho Eletrônico**.

5.3.4. A **Emissora** não detém responsabilidade pela falha ou indisponibilidade de conexões da rede sem fio ou da prestação de serviços pelas operadoras de telefonia móvel.

5.3.5. O **Aplicativo** não poderá ser acessado simultaneamente pelo **Usuário** em um **Aparelho Eletrônico** diverso daquele informado pelo **Titular** no cadastro. Na hipótese de substituição do **Aparelho Eletrônico**, o **Titular** deverá revalidar este junto à **Emissora**.

5.3.6. O **Usuário** se compromete a manter o **Aplicativo** para celular sempre atualizado de acordo com a última versão disponível nas lojas oficiais de aplicativos para dispositivos Apple (App Store) e Android (Google Play Store). O **Usuário** também se compromete a possuir um **Aparelho Eletrônico** com os requisitos mínimos que permitam o uso e a atualização do **Aplicativo** sempre que necessário. Por medidas de segurança, dois **Usuários** (ou mais) não poderão usar o mesmo **Aparelho Eletrônico** para acessar suas contas.

6. Alteração do Contrato

6.3. Para adaptar e atualizar as disposições do presente **Contrato** e seus anexos às alterações jurídicas e/ou de negócios que ocorrerem durante a sua vigência, a **Emissora** poderá alterar qualquer uma das Cláusulas e condições aqui previstas, bem como redigir novo **Contrato** ou incluir anexos, mediante comunicação prévia ao **Titular** por qualquer meio de comunicação, inclusive mensagem na **Fatura** ou disponibilização no **Aplicativo** e no site da **Emissora**, com no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, exceto pelo disposto na Cláusula 3.3.

6.4. Caso não concorde com as alterações, o **Titular** poderá, a qualquer tempo, cancelar o **Cartão**, rescindindo este **Contrato**. O não cancelamento ou o uso do **Cartão**, qualquer que seja a função contratada, após comunicação da alteração implica sua aceitação às novas condições do **Contrato**.

6.5. Fica facultado à **Emissora** ampliar a utilização do **Cartão**, agregando novos serviços e produtos, bem como interromper o fornecimento de determinado produto ou serviço, mediante comunicação prévia ao **Usuário**.

7. Prazo e Rescisão Contratual

7.1. Este **Contrato** terá início na data da aprovação da **Adesão** do **Titular**, vigorará por prazo indeterminado e obriga as **Partes**, seus herdeiros e sucessores.

7.2. Este **Contrato** poderá ser rescindido, e o **Cartão** e a **Conta Digital**, cancelados, nas seguintes hipóteses:

- (a) Pelo **Titular**, mediante comunicação à **Emissora** nos **Canais de Atendimento** disponíveis o que poderá ser feito a qualquer momento e sem a necessidade de especificar o motivo, o que terá efeitos imediatos;
- (b) Pela **Emissora**, mediante comunicação ao **Titular**, com 30 (trinta) dias de antecedência, o que poderá ser feito a qualquer momento e sem a necessidade de especificar o motivo, desde que observado o prévio aviso; e
- (c) Pela **Emissora**, com efeitos imediatos, caso: (i) o **Cartão** seja utilizado em desconformidade com as disposições deste **Contrato**; (ii) ocorrência do falecimento, interdição judicial ou insolvência do **Titular**; ou (iii) fornecimento de informações falsas ou incompletas pelo **Titular**, com a finalidade de ingressar ou

manter-se no **Sistema Cooper Card**; (iv) demais hipóteses não regularizadas descritas no subitem 5.1.6; e (v) prática dolosa de qualquer ação ou deliberada omissão do **Usuário**, visando a obtenção de vantagem deste **Contrato** ou de quaisquer outras vantagens oferecidas pela **Emissora** ou do **Sistema Cooper Card**.

7.3. A rescisão do **Contrato** implica no automático cancelamento de qualquer serviço ou seguro contratado, oferecidos/prestados pela **Emissora** ou terceiros.

7.4. Em qualquer hipótese de término ou rescisão deste **Contrato**, o **Titular** ainda poderá pagar à **Emissora** a totalidade do seu saldo devedor em seus respectivos vencimentos ou ainda solicitar a antecipação, incluindo as parcelas futuras dos financiamentos e compras parceladas; e deverá destruir os **Cartões** dos **Usuários**, sendo que os mesmos serão cancelados pela **Emissora**.

7.4.1. O **Titular** toma ciência que o não pagamento de qualquer valor devido, após o término ou rescisão do **Contrato**, que o seu nome poderá ser inscrito em órgãos de proteção ao crédito.

A **Emissora** poderá fornecer dos dados pessoais sempre que estiver obrigada, em virtude de lei, ato de autoridade competente ou determinação judicial. Da mesma forma, poderá fornecer aos órgãos de proteção de crédito (Serasa, SPC, entre outros), os dados relativos à obrigação assumida e inadimplida.

7.5. A **Emissora** deverá informar ao **Titular** os produtos e serviços eventualmente contratados por este que permanecerão vigentes ou que se encerram juntamente com o **Cartão**.

8. Serviços Adicionais

8.1. O **Titular** poderá optar, na **Adesão** e durante a vigência deste **Contrato**, por meio do **Aplicativo** ou por meio de confirmação verbal registrada em ligação telefônica gravada, ou ainda por qualquer outra demonstração inequívoca de adesão, por contratar **Serviços Adicionais** oferecidos pela **Emissora** e/ou pelas demais empresas que integram o **Sistema Cooper Card** e/ou empresas terceirizadas contratadas a exclusivo critério da **Emissora**. É de responsabilidade do **Titular** verificar as coberturas, limitações, exigências e demais condições dos **Serviços Adicionais**, antes de optar pela sua contratação.

8.2. Optando o **Titular** pela contratação dos **Serviços Adicionais**, a solicitação poderá ser avaliada pela empresa prestadora dos serviços. Em caso de manifestação favorável, poderá ser encaminhado ao **Titular**, eventual certificado de seguro, bem como informações e procedimentos detalhados dos **Serviços Adicionais** contratados.

8.3. O **Titular** reconhece que a **Emissora** atua apenas como intermediária na viabilização dos serviços, declarando o **Titular** ciência de que quaisquer problemas por falhas, erros, mau funcionamento, inclusive a cessação da prestação de serviços, é unicamente de responsabilidade da fornecedora, isentando a **Emissora** de quaisquer responsabilidades. Além disso, o não pagamento da **Fatura** poderá implicar no não funcionamento ou disponibilização dos **Serviços Adicionais** vinculados.

8.4. O **Titular** poderá contratar o **Serviço Adicional** de Seguro para o novo **Cartão**. Caso já tenha adquirido este produto anteriormente no Cartão Cooper Card, considerando a ativação do **Cartão Cooper Bank**, o seguro será migrado para o **Cartão Cooper Bank** e o cartão Cooper Card, bem como outros serviços vinculados ao mesmo, serão automaticamente cancelados.

8.4.1. Na hipótese do **Titular** possuir Seguro, este será cobrado mensalmente do **Titular** que realizou a contratação, na falta de limite ou fatura em atraso não haverá cobrança, ficando o seguro suspenso e o **Usuário** sem coberturas. Após 120 (cento e vinte) dias o referido Seguro será cancelado automaticamente.

8.5. O **Titular** poderá optar por contratar uma nova cobertura dos **Serviços Adicionais** ofertados, quando da **Adesão** ou posteriormente, tomando ciência de que poderá ocorrer variação do valor do serviço contratado e também da cobertura na **Fatura**.

8.6. O **Titular** toma ciência que a cobrança dos **Serviços Adicionais** será efetivada independentemente da utilização do **Cartão** ou da **Conta Digital**.

8.7. A rescisão do **Contrato** implica no automático cancelamento dos **Serviços Adicionais** no prazo estabelecido pelos prestadores de serviços.

9. Da Confidencialidade e Consentimento de Compartilhamento de Dados

9.1. As Partes comprometem-se a manter a estrita confidencialidade das informações recebidas, compartilhadas ou que lhes forem permitidos o acesso por conta da execução deste **Contrato** (“Informações Confidenciais”), resguardando-as de terceiros. Este sigilo estende-se a quaisquer informações industriais, comerciais, procedimentos internos adotados, técnicos ou relativos aos negócios e qualquer outra informação que venham a ter acesso, direta ou indiretamente em razão deste **Contrato**, excluindo-se, entretanto, informações que sejam públicas ou de conhecimento prévio da Parte Receptora.

9.2. A obrigatoriedade do sigilo das informações subsistirá ao término deste **Contrato**, independentemente do motivo, pelo prazo de 5 (cinco) anos após a sua extinção.

9.3. Constituem exceções ao dever de confidencialidade: (a) a comunicação das informações para fins de cumprimento de ordem judicial e/ou exigências da legislação vigente; (b) compartilhamento das informações confidenciais junto a empresas e instituições controladas, coligadas e que tenham o mesmo controle comum de cada Parte, desde que respeitada a legislação vigente; e (c) demais casos especificados em lei.

9.4. A **Emissora** poderá fornecer os dados pessoais sempre que estiver obrigada, em virtude de lei, ato de autoridade competente ou determinação judicial. Da mesma forma, poderá fornecer aos órgãos de proteção de crédito (Serasa, SPC, entre outros), os dados relativos à obrigação assumida e inadimplida.

9.5. As Partes se obrigam, sempre que aplicável, a atuar no presente instrumento em conformidade com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) – Lei nº 13.709/2018, ou norma que vier a substituí-la, normas correlatas e reguladoras e de acordo com as determinações do órgão fiscalizador sobre a matéria.

9.6. O **Titular** declara estar ciente das disposições da Política de Privacidade da Emissora, disponível no link https://www.coopercard.com.br/Portal/Static/Termo/POLITICA_DE_PRIVACIDADE_LGPD_COOPER, comprometendo-se no cumprimento da mesma, bem como em dar ciência desta à sua equipe de trabalho.

9.7. Em caso de vazamento de dados pessoais e sensíveis que envolvam o objeto deste instrumento, as Partes se comprometem a reportar por escrito à outra, imediatamente após identificado o incidente, devendo informar as medidas adotadas para resolução ou mitigação do problema, adotando, de imediato, medidas a fim de minimizar os danos causados.

9.8. O **Titular**, expressamente, autoriza a **Emissora** a compartilhar seus dados, incluindo de seus **Adicionais**, bem como consultar os dados e informações decorrentes do presente **Contrato**, perante qualquer banco de dados e centrais de informações cadastrais, sempre em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 e com a finalidade de planejamento, desenvolvimento e execução dos serviços contratados, segurança e gerenciamento de riscos.

9.9. Além disso, o **Titular** concorda e autoriza a **Emissora** e outros terceiros correspondentes bancários, coligados ou não, a qualquer tempo, a: (i) efetuar consultas ao Sistema de Informações de Crédito – SCR – do Banco Central do Brasil, nos termos dos normativos expedidos e atualizados de tempos em tempos pelo referido Órgão e pelo Conselho Monetário Nacional, ou outros Órgãos que vierem a substituí-los, além de serviços de proteção ao crédito, como Serasa, SPC, entre outros; (ii) fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o SCR, informações sobre eventuais operações de crédito geradas pela utilização do Cartão; (iii) proceder conforme disposições que advierem de novas exigências feitas pelo Banco Central do Brasil ou autoridades públicas competentes; (iv) divulgar dados, cadastrais e de adimplemento, para formação de histórico de crédito; (v) a efetuar consultas com

seus dados fornecidos em bases públicas ou privadas, sobre a condição de Pessoas Expostas Politicamente (PEP); (vi) coletar dados biométricos, inclusive facial e digital, quando necessário, para processos de identificação e autenticação em sistemas eletrônicos próprios ou de terceiros para fins de segurança e prevenção de fraudes; (vii) e demais órgãos, autarquias ou bases necessárias; e (viii) tratar, processar, armazenar e compartilhar dados e informações sobre indícios de fraudes, conforme determinação legal e a Resolução Conjunta nº 06, de 2023, do Banco Central do Brasil.

9.10. O **Titular** concorda e autoriza a **Emissora** a compartilhar eventuais dados pessoais com entidades dentro do grupo Cooper Card e seu Conglomerado Prudencial, parceiros diversos, incluindo os parceiros emissores de cartão e com prestadores de serviços autorizados com os quais trabalha, seja como arranjo operacional, seja para o cumprimento dos serviços prestados, seja para automação de e-mail marketing e demais atividades relacionadas às mídias sociais, além de call center, agentes de relacionamento, consultores e auditores nas diversas áreas aplicáveis ao negócio, entre outros.

10. Da Propriedade Intelectual e Industrial

10.1. O **Titular** reconhece que é de titularidade da **Emissora** toda a propriedade intelectual empregada no Aplicativo, em qualquer material criado ou disponibilizado pela **Emissora** e no **Cartão**. Tal propriedade intelectual engloba o seguinte: (a) marcas, denominações sociais, nomes de serviços, slogans, *trade secrets*, *trade dress*, logotipos, nome de domínio da internet e outros sinais distintivos, assim como todos os pedidos, registros, extensões e renovações relacionadas; (b) patentes, pedidos de patente e todas as renovações relacionadas, modelos de utilidade, pedidos de modelos de utilidade, certificados de adição, pedidos de certificados de adição, extensões e renovações relacionadas e registros de invenções; (c) registros de desenhos industriais e pedidos de registros de desenho industrial, extensões e renovações relacionadas; (d) direitos autorais, programas de computador, layouts, formas de apresentação, combinações de cores, códigos fonte e registros e pedidos de registro relacionados; (e) segredos industriais e *know-how*; (f) todo e qualquer software ou funcionalidade empregado pela **Emissora** referente ao **Aplicativo**; e (g) a identidade visual do **Aplicativo** (incluindo o projeto de arte gráfico-visual de quaisquer de suas páginas).

10.2. O **Usuário** se compromete a não violar, reproduzir, imitar, total ou parcialmente, qualquer propriedade intelectual da **Emissora**, bem como a não utilizar qualquer propriedade intelectual da **Emissora** para quaisquer finalidades além das previstas neste **Contrato** e permitidas por lei.

11. Disposições Gerais

11.1. O **Titular** declara que todas as informações fornecidas, a qualquer tempo, são verdadeiras. O **Titular** deverá manter a **Emissora** informada sobre alterações de dados cadastrais (tais como endereço, telefone, e-mail entre outros), para análise e validação da sua identificação e qualificação, sendo de responsabilidade do **Titular** todas as consequências decorrentes do descumprimento dessa obrigação. Além disso, a **Emissora**, sempre que necessário, poderá solicitar ao **Titular** a complementação e atualização de seus dados cadastrais, inclusive para fins de prevenção à lavagem de dinheiro.

11.1.1. No caso de incapacidade superveniente do **Titular**, caberá ao curador ou o representante legal, o dever e a responsabilidade de informação à **Emissora** sobre o referido fato, se responsabilizando, inclusive, por todas as **Transações** efetivadas até o período de comunicação.

11.2. A **Emissora** poderá ofertar novos produtos e serviços de sua titularidade e de terceiros, bem como ofertar novas funcionalidades, além de ofertar programas de recompensas e fidelidades oferecidos pela **Bandeira**, ou também, interromper quaisquer produtos, serviços e inclusive, funcionalidades do **Cartão** e da **Conta Digital**.

11.3. A **Adesão** e as comunicações enviadas pela **Emissora**, inclusive por meio da **Fatura**, correspondência eletrônica (E-mail) ou do site da **Emissora** integram e sujeitam-se às disposições deste **Contrato**.

11.4. Fica autorizado expressamente pelo **Titular** que a **Emissora** poderá encaminhar mensagens via SMS, Push, **Aplicativo**, E-mails e/ou boleto de propostas, informações e promoções, referentes à oferta de novos produtos e/ou novos serviços da **Emissora** ou de terceiros, sendo que o **Titular** poderá cancelar, a qualquer momento, o recebimento destas notificações. Uma vez que o **Titular** pagar o boleto de propostas, o mesmo estará aderindo a estes novos produtos e/ou serviços.

11.5. A tolerância por uma Parte em relação ao descumprimento, pela outra Parte, de qualquer obrigação estabelecida no presente **Contrato**, não significará novação, renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação do que foi aqui contratado.

11.6. A **Emissora** poderá utilizar sistemas eletrônicos ou automatizados para a contratação e prestação dos serviços objeto do presente **Contrato**, incluindo gravação de conversas telefônicas e/ou chats, documentos eletrônicos, assinatura e/ou certificado digital, token e assinatura por biometria, com o que o **Titular** desde já aceita e concorda. Tais registros, informações e documentos gravados pelos sistemas eletrônicos ou automatizados servirão de prova de identificação e manifestação de vontade dos **Usuários**, inclusive no que se refere às instruções recebidas ou dos serviços prestados, produzindo os mesmos efeitos legais e tendo o mesmo valor probatório de documentos originais ou com assinatura pessoal.

11.7. A **Emissora** poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente os seus direitos e obrigações decorrentes do presente **Contrato** para terceiros, independentemente de prévia notificação aos **Usuários**, inclusive os direitos creditórios.

11.8. O presente **Contrato** substitui e revoga todas as versões anteriores dos contratos existentes com o mesmo objeto, prevalecendo este sobre os mesmos.

11.9. A **Emissora** não é responsável pelo preço, qualidade e quantidade dos produtos e/ou serviços adquiridos e eventual restrição imposta ao uso do **Cartão** nos **Estabelecimentos**, pelas **Transações** não efetivadas por casos fortuitos, força maior e fatores externos não controláveis pela **Emissora**. Da mesma forma a **Emissora** não é responsável por diferenças de preços, parcelamentos ou financiamentos, negociados entre os **Usuários** e o **Estabelecimento** fora do **Sistema Cooper Card**, cabendo ao **Titular**, em qualquer situação aqui referida, direcionar reclamações e/ou resolver qualquer pendência diretamente com o **Estabelecimento**.

11.10. Na hipótese do **Titular** possuir débito automático, na **Conta Digital**, para pagamento da **Fatura** do **Cartão**, o **Titular**, desde já, autoriza que a **Emissora** possa efetuar o desconto do valor, referente ao **Pagamento Mínimo** da **Fatura** em caso de inadimplemento, diretamente na **Conta Digital** do **Titular** do **Cartão**. Também poderá a **Emissora**, em caso de inadimplemento, a seu critério, suspender ou bloquear outros serviços prestados ou por outras empresas do **Sistema Cooper Card**, até o efetivo pagamento da dívida.

11.11. A **Emissora** comunicará ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras ou outros órgãos que a legislação previr, as operações que possam estar configuradas na legislação vigente aplicável referente aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e demais disposições legais pertinentes à matéria. A **Emissora** poderá ainda comunicar à UIF – Unidade de Inteligência Financeira, as operações realizadas pelo **Usuário** que possam estar configuradas no disposto na Lei nº 9.613/1998 e demais normas relativas à “Lavagem de Dinheiro”, incluindo as normas e políticas internas da **Emissora** nesse sentido.

11.12. Serão aplicados pela **Emissora**, para controle de atividades financeiras suspeitas, as disposições de resoluções, normativas ou circulares divulgadas pelo BACEN – Banco Central do Brasil ou outros órgãos que se aplicarem ao caso.

11.13. O **Titular** declara e reconhece que a **Emissora** deve observar e cumprir as regras previstas nas Lei nº 9.613/1998, Lei nº 13.260/2016, Lei nº 12.683/2012 e Lei nº 12.846/2013 no combate e prevenção à “Lavagem de Dinheiro”, no combate do Financiamento ao Terrorismo e Anticorrupção, bem como qualquer outra regulamentação, atual ou futura aplicável, concordando com as políticas disponibilizadas pela Emissora nos links https://www.coopercard.com.br/Portal/Static/Img/Download/Politica_Prevencao_a_Lavagem_de_Dinheiro_e_Combate_ao_Financiamento_do_Terrorismo.pdf;

https://www.coopercard.com.br/Portal/Static/Img/Download/Politica_Anticorruptao.pdf;
https://www.coopercard.com.br/Portal/Static/Img/Download/Politica_Compliance.pdf.

11.14. Se a uma Parte determinar ou tiver razões significativas para suspeitar que a outra Parte ou quaisquer pessoas a ela associadas estão envolvidas ou se envolveram em conduta que viole os termos acima dispostos, ou que coloque a Parte inocente em risco de responsabilidade sob legislações anticorrupção aplicáveis, a Parte inocente terá o direito de rescindir este **Contrato** ou quaisquer outros acordos ou contratos que estiverem em vigor até que as alegações ou suspeitas sejam definitivamente esclarecidas.

11.15. A Parte inocente comunicará ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras ou outros órgãos que a legislação previr, as operações que possam estar configuradas na legislação vigente aplicável referente aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e demais disposições legais pertinentes à matéria. A Parte inocente poderá ainda comunicar à UIF – Unidade de Inteligência Financeira, as operações realizadas pela outra Parte que possam estar configuradas no disposto na Lei nº 9.613/1998 e demais normas relativas à “Lavagem de Dinheiro ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores”, incluindo as normas e políticas internas da **Emissora** nesse sentido.

11.16. Serão aplicados pela **Emissora**, para controle de atividades financeiras suspeitas, as disposições de resoluções, normativas ou circulares divulgadas pelo BACEN – Banco Central do Brasil ou outro Órgão que se aplicarem ao caso.

11.17. Para solução de eventuais conflitos relacionados a este **Contrato**, para pedidos de cancelamento, reclamações e sugestões, o **Usuário** poderá entrar em contato com a **Emissora** nos **Canais de Atendimento** disponíveis no Site www.cooperbank.com.br. Após os contatos a esses **Canais de Atendimento**, se o **Usuário** ainda não se sentir satisfeito com as soluções apresentadas, o **Usuário** poderá recorrer à Ouvidoria. O **Usuário** poderá consultar os horários de atendimento diretamente no site da **Emissora**. Na hipótese de pedido de cancelamento do **Cartão** e/ou do **Contrato** somente o **Titular** poderá solicitar.

11.18. A **Emissora** disponibiliza a todos, um canal de Ouvidoria o qual pode ser contatado via e-mail: ouvidoria@coopercard.com.br ou pelo telefone: 0800 640 8484 (segunda-feira até sexta-feira, das 09h00 às 18h00).

11.19. Os serviços referidos neste **Contrato** poderão ser prestados diretamente pela **Emissora** e/ou pelas demais empresas que integram o **Sistema Cooper Card** e/ou por outras empresas terceirizadas contratadas à exclusivo critério da **Emissora**.

11.20. As Partes reconhecem que a aprovação e a implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo no Brasil a partir de 2026 implicará em alterações na carga tributária incidente sobre os serviços objeto deste **CONTRATO**, inclusive com a criação, extinção ou modificação de tributos, bem como nos custos operacionais das Partes.

11.21. Caso a Reforma Tributária entre em vigor durante a vigência deste **CONTRATO** e resulte em aumento ou alteração relevante na estrutura tributária aplicável às operações previstas neste instrumento, poderá ocorrer majoração dos valores praticados e demais condições econômicas com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

11.22. As Partes se comprometem a proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, incluindo problemas sociais e climáticos, realizando o objeto contratado seguindo as Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981) e dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998) e demais normativos e regulamentos administrativos ambientais, sociais e climáticos no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

11.23. Com o intuito de preservação do meio ambiente, aspecto social e climático, o **Titular** compromete-se a dar tratamento especial e destinação adequada aos resíduos decorrentes deste **Contrato**, obrigando-se pelo saneamento de quaisquer penalidades que venham a ser aplicada por eventuais transgressões nesse sentido,

sendo que o **Titular** deverá cumprir imediatamente, com todas as intimações e exigências das autoridades competentes, bem como assume, neste ato, integral e exclusiva responsabilidade por todas e quaisquer perdas e danos que vier a causar à **Emissora** ou a terceiros.

11.24. As Partes, nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas em plataformas online. Na hipótese de assinatura nos termos deste item, o Contrato passará a vigor na data de finalização de todas as assinaturas.

11.25. As Partes declaram neste ato, para todos os fins e efeitos de direito, que a(s) pessoa(s) que por elas assina(m) o presente **Contrato** possui(em) poderes para tanto e é(são) seu(s) legítimo(s) representante(s) na data de assinatura deste **Contrato**, seja por disposição constante em seus documentos societários ou por procuração. Declaram, ainda, que estão cientes de que a falsidade na prestação desta informação sujeitará todas as pessoas que para ela concorrerem, às penalidades previstas na legislação criminal relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação e neste **Contrato**, inclusive a sua imediata resolução e o dever de indenizar a Parte Inocente pelas perdas e danos decorrentes.

11.26. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Maringá, no Estado do Paraná, como competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias relativas ao presente **Contrato**, sem prejuízo das Partes optarem pelo foro de domicílio do devedor.

11.27. As Partes assinam o presente **Contrato**, na presença de 02 (duas) testemunhas se assinado de forma física, para que surtam os efeitos legais.

Maringá-PR, ____ de _____ de 20____.

COOPER CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

Contratante

Testemunha (1):

Nome:

CPF/MF:

Testemunha (2):

Nome:

CPF/MF:

ANEXO I – TERMO DE USO DO CARTÃO NA FUNÇÃO DÉBITO E DA CONTA DIGITAL

1. Objeto

- 1.1. O presente **Termo de Uso do Cartão na Função Débito e da Conta Digital (“Termo”)** regula as regras específicas de utilização do **Cartão na Função Débito** e da **Conta Digital** disponibilizada pela **Emissora**.
- 1.2. Todas as regras e condições descritas no presente **Termo** são aplicadas de forma supletiva e complementar àquelas descritas no **Contrato**, independentemente do **Titular** não adquirir ou não utilizar o **Cartão na Função Crédito**.
- 1.3. A adesão do **Titular**, após ter lido e concordado com o presente **Contrato** dar-se-á com a ocorrência da finalização da **Adesão**, onde a **Emissora** irá analisar e aprovar a proposta, se for o caso, as informações encaminhadas pelo **Titular**, enviando o **Cartão** ao endereço indicado por esse.

2. Conta Digital

2.1. Disposições gerais

- 2.1.1. A **Conta Digital** é de titularidade exclusiva do **Titular**, sendo vedada a sua utilização e movimentação pelos **Adicionais**.
- 2.1.2. A abertura da **Conta Digital** dependerá de prévia solicitação do **Titular** via **Aplicativo** e da aceitação da **Emissora**, que procederá à análise cadastral segundo critérios próprios.
- 2.1.3. A **Conta Digital** terá um número de identificação, que será informado no momento da **Adesão**, após o cumprimento do item 2.1.2.
- 2.1.4. A **Conta Digital** manterá todos os registros dos seus créditos, débitos e o saldo, onde o **Titular** poderá consultar todas as movimentações de entrada e saída de recursos ocorridas na **Conta Digital**, inclusive extratos e comprovantes.
- 2.1.5. Os extratos e comprovantes estarão disponíveis no **Aplicativo** pelo prazo de 90 (noventa) dias. Caso o **Titular** precise verificar uma operação ou um comprovante de um período anterior a esse período, o mesmo deverá pedir o extrato do mês que deseja nos **Canais de Atendimento** disponibilizados pela **Emissora**.
- 2.1.6. Em caso de indisponibilidade do **Aplicativo** por mais de 24h (vinte e quatro horas), os extratos e comprovantes poderão ser solicitados pelo **Titular** por meio dos **Canais de Atendimento**, e serão disponibilizados no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados da solicitação, prioritariamente por meio eletrônico, com base nas informações constantes no cadastro, desde que não haja prazo diverso estabelecido pela legislação vigente.
- 2.1.7. Caso o **Titular** identifique lançamentos incorretos no extrato, deve informar à **Emissora** para análise. Feitas as análises necessárias, caso a **Emissora** confirme que há incorreções, serão feitas as correções necessárias dos valores correspondentes.
- 2.1.8. Uma vez que os recursos estejam depositados na **Conta Digital**, o **Titular** poderá utilizá-los para realizar transferências de recursos entre **Contas Digitais** da Cooper Bank e/ou Contas em outras Instituições (quando disponível), pagar contas (quando disponível), recarga de celular (quando disponível), realizar compras, e utilizar o sistema Pix (quando disponível), além de outros serviços e demais funcionalidades que eventualmente venham a ser disponibilizadas pela **Emissora**. A movimentação dos recursos poderá ocorrer para pessoas físicas e/ou jurídicas localizadas no Brasil, sendo que toda e qualquer funcionalidade disponibilizada depende da existência prévia de recursos disponíveis.
- 2.1.9. O **Titular** estará obrigado a manter saldo suficiente na **Conta Digital** para realizar qualquer **Transação** e para cumprir com as obrigações de pagamento assumidas junto à **Emissora** e/ou junto a terceiros. O saldo deverá também ser suficiente para o pagamento dos **Encargos Financeiros**, tarifas e taxas aplicáveis. Caso não possua saldo suficiente, as **Transações** não serão realizadas.
- 2.1.10. A **Emissora** não se responsabiliza pelos termos e condições de terceiros aplicados em serviços contratados pelo **Titular**.
- 2.1.11. Salvo em casos de bloqueios previstos neste **Contrato** ou na legislação vigente aplicável, os recursos depositados na **Conta Digital** poderão ser retirados por canais eletrônicos, observados os prazos para

disponibilização desses recursos, ou realizar retirada de recursos por meio de **Saques** nos termos previstos no **Contrato**.

2.1.12. As **Transações** serão realizadas sempre respeitando: (i) as condições fixadas pelo BACEN, incluindo limites de valores e horários, bem como os dias considerados dias úteis, para a atividade bancária para fins de compensação e liquidação de valores, quando aplicável; e (ii) os valores (mínimos e máximos), horários limites e demais regras fixadas pela **Emissora**.

2.1.13. A utilização dos serviços e funcionalidades da **Conta Digital** podem depender de condições relativas à sistemas e equipamentos do **Titular** ou de terceiros, serviços bancários ou de pagamento de terceiros, serviços de telecomunicações, entre outras questões, que estão além do controle da **Emissora** e do **Sistema Cooper Card**, incluindo, mas não se limitando a: (a) tempo de processamento e compensação praticados pela instituição utilizada para aportar ou resgatar recursos da **Conta Digital**; (b) a compatibilidade, atualização e bom funcionamento do **Aparelho Eletrônico** que está sendo utilizado e; (c) a estabilidade da conexão com a internet do **Aparelho Eletrônico** que está sendo utilizado.

2.1.14. Qualquer **Transação** negada, pode estar ligada ao tempo de compensação de operações realizadas por instituições participantes do arranjo de pagamento ou pela intermitência na conexão com a internet nos terminais de pagamento. Assim, caso seja autorizada alguma **Transação** em modo *offline*, mesmo quando a **Conta Digital** não apresentar saldo suficiente para cobrir a operação, o **Titular** deverá informar imediatamente para a **Emissora** esta situação, por meio dos **Canais de Atendimento**.

2.1.15. Para a emissão e administração do **Cartão**, o **Titular** deverá criar um cadastro junto à **Emissora**, no qual deverá informar seus dados cadastrais. O **Titular** declara que forneceu todas as informações e documentos via **Aplicativo** e autoriza a **Emissora** a realizar, por si própria ou por meio de terceiros contratados, todas as consultas e checagens necessárias para confirmar as informações e documentos fornecidos.

2.1.16. Para realizar a **Adesão**, deverão ser fornecidas as seguintes informações, mas não se limitando a: a) Nome Completo; b) Nome Completo da Mãe; c) Data de Nascimento; d) Comprovante de Endereço; e) Telefone; f) Endereço Eletrônico (e-mail); g) CNH ou RG (frente e verso); h) Biometria Facial; i) Comprovante de Renda; j) Condição de PEP (Pessoa Exposta Politicamente).

2.1.17. As informações e documentos fornecidos pelo **Titular** deverão ser completos, preenchendo-se todos os espaços obrigatórios com informações exatas, precisas e verdadeiras, sendo o **Titular** o único responsável pelos dados fornecidos. Todas as informações prestadas pelo **Titular** desde o preenchimento da **Adesão** são consideradas verdadeiras, e o **Titular** declara-se ciente e de acordo com todos os termos que lhe foram apresentados.

2.1.18. A **Emissora** reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo, informações adicionais do **Titular**.

2.2. Depósitos e Resgates

2.2.1. O **Titular**, além de transferência, poderá realizar depósitos na **Conta Digital** mediante emissão de boleto, transferências entre contas Cooper Bank ou via Pix (quando disponível), não havendo limite para a **Conta Digital**.

2.2.2. Não será possível realizar depósitos em espécie ou cheques na **Conta Digital**.

2.2.3. O boleto de depósito poderá ser emitido pela **Emissora** ou por qualquer outra instituição ou empresa pertencente ao **Sistema Cooper Card**, ou terceiros, via **Aplicativo** e seguir com as instruções.

2.2.4. A compensação de aportes de recursos efetuados na **Conta Digital** mediante depósito, pode levar até 3 (três) dias úteis, em decorrência do tempo requerido para a sua compensação nas contas de intermediação, transferência entre as instituições envolvidas e sensibilização do saldo na **Conta Digital**. Se o aporte for feito via Pix (quando disponível), a compensação ocorrerá nos prazos determinados pelo BACEN.

2.2.5. O **Titular** poderá emitir até 10 (dez) boletos sem custos por mês, com valor mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais) e valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Os limites estipulados nessa Cláusula poderão ser revistos a qualquer momento pela **Emissora**, sem aviso prévio.

2.2.6. O valor a ser resgatado/transferido fica limitado ao saldo disponível, deduzidas as tarifas aplicáveis aos serviços de processamento das **Transações**.

2.3. Pix

2.3.1. O disposto a seguir está regulamentado pelo BACEN, entretanto, a **Emissora** se compromete a disponibilizar em seus canais de comunicação, as eventuais atualizações regulatórias que alterem este **Contrato e Termo**.

2.3.2. Uma transferência via Pix, tanto para envio como para recebimento, pode ser efetivada conforme determinação do BACEN, em sua Resolução sobre Pix, artigos 5º e 12º, bem como suas posteriores alterações.

2.3.3. O **Titular** poderá agendar a realização de um Pix para uma determinada data futura, observadas as formas, condições, limites e horários para alteração ou cancelamento.

2.3.4. As transferências via Pix somente são possíveis para instituições participantes do Pix, para pessoas físicas e jurídicas localizadas no Brasil, e depende de existência prévia de recursos disponíveis na **Conta Digital**.

2.3.5. Uma vez cadastrada, esta chave Pix não pode ser cadastrada em outra conta transacional, a não ser que seja feita a exclusão ou a portabilidade desta chave Pix para outra instituição. A quantidade de chaves Pix cadastradas é limitada por conta, e o **Titular** poderá escolher dentre as 4 (quatro) opções chaves Pix para esta **Conta Digital**.

2.3.6. O **Titular** poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão das chaves Pix por meio do **Aplicativo**.

2.3.7. A **Emissora** também poderá, independentemente do consentimento do **Titular**, excluir as chaves Pix em caso de: (a) encerramento da **Conta Digital**; (b) suspeita, tentativa ou efetivação de uso fraudulento da chave Pix; (c) identificação da necessidade de ajuste após processo de verificação de sincronismo de chaves, conforme previsto na regulamentação aplicável; ou (d) inatividade de uso da chave Pix, caracterizada pelo não recebimento de ordens de liquidação pelo período determinado em Lei; (e) e demais regulamentos aplicados pelo BACEN.

2.3.8. Para operações recebidas através do Pix que sejam suspeitas de fraude ou que seja verificada falha operacional nos sistemas das instituições envolvidas na **Transação**, fica autorizado a **Emissora** devolver tais valores ou debitar recursos, bem como bloquear cautelarmente os recursos mantidos na **Conta Digital**, e em qualquer funcionalidade, em uma ou mais parcelas, até o atingimento do valor total da **Transação** recebida para posterior devolução dos recursos, sem prévia autorização do **Titular**, conforme Resolução BCB nº 1 de 12/08/2020 e Regulamento do Pix (Guia de implementação dos procedimentos de devolução no Pix, com ênfase no Mecanismo Especial de Devolução).

2.3.9. A **Transação**, no âmbito do Pix, poderá ser rejeitada conforme os critérios abaixo: (a) o tempo para autorização de iniciação de transação exceder o tempo máximo para essa autorização, conforme disposto no Regulamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos, disponibilizado pelo BACEN; (b) houver fundada suspeita de fraude; (c) houver suspeita de infração à regulação de prevenção à "lavagem" de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; (d) houver problemas na sua autenticação; ou caso a **Emissora** verifique que o **Titular** foi sancionado por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na forma prevista na Lei nº 13.810, de 2019, e conforme disciplina própria editada pelo BACEN.

2.4. Pix no Crédito

2.4.1. O **Titular** poderá contratar crédito pessoal na modalidade denominada **Pix no Crédito**, contanto que o **Titular** tenha **Limite de Crédito** disponível dentro das regras da **Emissora**, devendo realizar o pagamento desta operação junto de sua **Fatura do Cartão**.

2.4.2. Para realizar pagamentos na modalidade **Pix no Crédito**, o **Titular** deverá selecionar a forma de pagamento no **Aplicativo**. Se o **Titular** tiver **Limite de Crédito** disponível, poderá efetuar um Pix até o valor indicado. Ao selecionar esta opção de pagamento, o **Titular** poderá, inclusive, optar por realizar o pagamento pela contratação do **Pix no Crédito** em uma única parcela, ou em múltiplas parcelas.

2.4.3. Observe que independentemente do **Titular** optar por realizar o pagamento do **Pix no Crédito** em uma única parcela ou em múltiplas parcelas, sobre o valor da transação haverá a cobrança de juros e **Encargos Financeiros**, desde a data da realização da contratação do **Pix no Crédito** até a data do efetivo pagamento pelo **Titular**, eventualmente os encargos poderão exceder o **Limite de Crédito**.

2.4.4. O **Titular** terá acesso (i) ao valor do **Pix no Crédito** contratado; (ii) o valor e a quantidade de parcelas devidas (caso o **Titular** opte por realizar o pagamento de forma parcelada); (iii) o valor dos juros e **Encargos Financeiros** pactuados no momento da contratação do **Pix no Crédito**; e (iv) o Custo Efetivo Total da Operação.

2.4.5. A **Emissora** poderá limitar o percentual do **Limite de Crédito** disponível para ser utilizado em operações de **Pix no Crédito**, sendo certo que o **Limite de Crédito** disponível será comprometido logo após a confirmação codificada pelo **Titular** no **Aplicativo**. Adicionalmente, a **Emissora** poderá estabelecer limites mínimos e máximos para o valor das operações de **Pix no Crédito** a serem contratadas. Essas limitações serão apresentadas ao **Titular** no momento de cada contratação e estão disponíveis para consulta no **Aplicativo**.

2.5. Pagamento de Contas

2.5.1. Para utilização dos valores na **Conta Digital** para o pagamento de contas e da **Fatura**, o **Titular** deverá consultar previamente os horários e prazos estabelecidos pelas instituições receptoras dos boletos, isentando a **Emissora** de qualquer responsabilidade pelo não pagamento. O pagamento fora dos horários estabelecidos será compensado no próximo dia útil.

2.5.2. Caso o **Titular** agende o pagamento de uma conta e/ou da **Fatura**, que poderá ser cancelada em até 1 (um) dia antes da data agendada, esse deverá disponibilizar saldo suficiente para compensação do boleto, no dia agendado. A não observância do disposto nessa cláusula, isenta a **Emissora** de qualquer responsabilidade.

2.5.3. Os pagamentos realizados por meio do pagamento de contas e de **Faturas** são realizados com base em recursos previamente aportados e disponíveis na **Conta Digital**.

2.6. Pagamento de Boleto no Crédito

2.6.1. O **Titular** poderá contratar crédito pessoal na modalidade denominada **Boleto no Crédito** exclusivamente para realizar a quitação de boleto bancário ou pagar contas, observadas as limitações abaixo, contanto que o **Titular** tenha **Limite de Crédito** disponível dentro das regras da **Emissora**, devendo realizar o pagamento desta operação junto de sua **Fatura** do **Cartão**.

2.6.2. Para realizar pagamentos na modalidade **Boleto no Crédito**, o **Titular** deverá selecionar a forma de pagamento no **Aplicativo**. Ao selecionar esta opção, o **Titular** poderá, inclusive, optar por realizar o pagamento pela contratação do **Boleto no Crédito** em uma única parcela, ou em múltiplas parcelas.

2.6.3. A funcionalidade **Boleto no Crédito** poderá ser limitada, em termos de quantidade e/ou valores, a qualquer momento, a exclusivo critério da **Emissora**.

2.6.4. A funcionalidade **Boleto no Crédito** não poderá ser utilizada para (i) o pagamento de boletos de depósito em conta corrente; (ii) pagamento de boleto bancário referente à **Faturas** de **Cartões** da **Emissora**.

2.6.5. A funcionalidade de **Boleto no Crédito** não estará disponível para o agendamento de pagamentos.

2.6.6. Observe que independentemente do **Titular** optar por realizar o pagamento do **Boleto no Crédito** em uma única parcela ou em múltiplas parcelas, sobre o valor da transação haverá a cobrança de juros e **Encargos Financeiros**, desde a data da realização da contratação do **Boleto no Crédito** até a data do efetivo pagamento pelo **Titular**, eventualmente os encargos poderão exceder o **Limite de Crédito**.

2.6.7. O **Titular** terá acesso (i) ao valor do **Boleto no Crédito** contratado; (ii) o valor e a quantidade de parcelas devidas (caso opte por realizar o pagamento de forma parcelada); (iii) o valor dos juros e **Encargos**

Financeiros pactuados no momento da contratação do **Boleto no Crédito**; e (iv) o Custo Efetivo Total da Operação.

2.6.8. A **Emissora** poderá limitar o percentual do **Limite de Crédito** disponível para ser utilizado em operações de **Boleto no Crédito**, sendo certo que o **Limite de Crédito** disponível será comprometido logo após a confirmação codificada pelo **Titular** no **Aplicativo**, no montante integral da transação contratada. Adicionalmente, a **Emissora** poderá estabelecer limites mínimos e máximos para o valor das operações de **Boleto no Crédito** a serem contratadas. Essas limitações serão apresentadas ao **Titular** no momento de cada contratação de operação de **Boleto no Crédito** e estão disponíveis para consulta no **Aplicativo**.

2.6.9. As cobranças do **Boleto no Crédito** contratado e os respectivos juros e **Encargos Financeiros** serão lançados na **Fatura**, em conformidade com a(s) operação(ões) contratada(s) pelo **Titular**.

2.7. Remuneração

2.7.1. Os valores constantes na **Conta Digital** poderão ser, eventualmente, remunerados a exclusivo critério da **Emissora**, com incidência de impostos e tributos aplicáveis.

2.8. Custos e Tarifas

2.8.1. As funcionalidades e serviços disponíveis para a **Conta Digital**, compras em **Estabelecimentos**, transferências entre contas, pagamento de serviços prestados diretamente por meio do **Aplicativo**, não gerará a cobrança de quaisquer **Tarifas** pela **Emissora**.

2.8.2. Os serviços prestados por meio de terceiros através de integração tecnológica com o **Aplicativo** poderão gerar a cobrança de **Tarifas** na **Conta Digital**.

2.8.3. A **Emissora** poderá instituir, alterar ou deixar de cobrar quaisquer **Tarifas** conforme regras e condições definidas no **Contrato** e/ou de acordo com a legislação vigente.

2.8.4. Exceto quando expressamente previsto neste **Termo** ou **Contrato**, toda cobrança de serviços realizada pela **Conta Digital**, ocorrerá via débito direto do saldo disponível da **Conta Digital**.

2.8.5. Em casos de insuficiência de recursos, a cobrança poderá ser realizada de forma parcial, a critério da **Emissora**. O valor faltante poderá ser cobrado tão logo haja saldo disponível na **Conta Digital**.

2.8.6. O **Titular** declara estar ciente de que a aprovação de transações dos serviços de pagamento está sujeita a limites operacionais estabelecidos pela **Emissora**, instituições de pagamento envolvidas, instituidor do arranjo de pagamento em questão e órgãos reguladores. Tais limites poderão ser alterados unilateralmente, de acordo com as regras de segurança necessárias e de acordo com as instituições envolvidas.

2.8.7. A **Emissora** poderá deduzir, do saldo da **Conta Digital** eventuais tributos e **Encargos Financeiros** aplicáveis, inclusive os que venham a incidir sobre movimentações financeiras.

2.9. Demais Medidas de Segurança da Conta Digital

2.9.1. A **Emissora** poderá viabilizar, por meio do **Aplicativo**, sistemas de bloqueios voluntários para a movimentação do saldo da **Conta Digital** a serem configurados e autorizados pelo **Titular**, de modo a permitir maior controle financeiro referente aos seus recursos depositados. Esses sistemas não prejudicarão a livre movimentação do saldo da **Conta Digital**, de modo que o **Titular** poderá configurar ou cancelar esses sistemas de bloqueios voluntários pelo **Aplicativo**.

2.9.2. Como medida de segurança, caso a **Emissora** identifique qualquer tentativa de acesso ou movimentação suspeita ou indevida da **Conta Digital**, suspeita de inconsistências cadastrais, crimes financeiros, operações fora do padrão de uso do **Titular**, qualquer ato que desrespeite qualquer condição presente neste Anexo ou no

Contrato e/ou outra hipótese prevista na legislação vigente aplicável, a **Emissora** poderá imediatamente bloquear o acesso ou movimentação desta. Nesses casos, a **Conta Digital** somente será liberada após o esclarecimento e regularização da situação que motivou o bloqueio ou por ordem judicial ou administrativo ulterior determinando o desbloqueio.

2.9.3. Os valores aportados poderão ser bloqueados e/ou transferidos pela **Emissora**, a qualquer momento, por determinação judicial ou requisição de qualquer órgão da Administração Pública.

2.9.4. A **Emissora** não será responsabilizada caso o **Titular** não consiga movimentar **Conta Digital** em razão de ordem judicial ou administrativa que tenha determinado o bloqueio dos valores.

2.10. Encerramento da Conta Digital

2.10.1. Constatado o uso irregular, inadequado, ou suspeito da **Conta Digital**, observadas também as regras e condições previstas no **Contrato**, a **Emissora**, a seu exclusivo critério, poderá promover a suspensão imediata do uso do **Cartão** e da **Conta Digital** pelo prazo que entender cabível, ou o seu cancelamento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções legais e contratuais cabíveis.

2.10.2. O cancelamento da **Conta Digital** por qualquer motivo, inviabilizará o uso do **Cartão** na **Função Débito**.

2.10.3. O cancelamento poderá ser solicitado através do **Aplicativo** e canais oficiais de atendimento.

3. Utilização do Cartão na Função Débito

3.1. A **Função Débito** poderá ser utilizada unicamente no Brasil e permite que o **Titular** use o **Cartão** para movimentar os recursos mantidos na **Conta Digital**, para realização de compras à vista nos **Estabelecimentos**. Para **Saques** nas redes credenciadas para este tipo de modalidade, incidirá as tarifas mencionadas no **Contrato**.

3.2. A utilização da **Função Débito** do **Cartão** deve observar a existência prévia de saldo na **Conta Digital**, bem como o período de validade impresso no **Cartão**.

3.3. A **Emissora**, visando a segurança e para evitar o uso fraudulento do **Cartão**, poderá eventualmente limitar ou restringir o uso do **Cartão** na **Função Débito**.

4. Compras à Vista na Função Débito

4.1. Em caso de cancelamento de qualquer compra na **Função Débito**, o **Titular** deverá obter, no ato, o comprovante do cancelamento junto ao **Estabelecimento**.

4.2. O **Titular** deverá conferir todas as despesas lançadas no seu **Aplicativo**.

5. Saque na Função Débito

5.1. O **Saque** na **Função Débito** é o serviço que permite a retirada de recursos mantidos na **Conta Digital** com o seu **Cartão** nas redes credenciadas existentes no Brasil para esta finalidade.

5.2. Poderão ser aplicados limites sobre o **Saque** (valores e frequência) de acordo com as regras de segurança da **Emissora** e da rede credenciada. Não será possível realizar **Saque** na **Função Débito** além do saldo previamente disponível na **Conta Digital**.

6. Pagamento Mínimo e Parcelamento

6.1. A **Emissora**, de acordo com as normas vigentes, poderá admitir pagamento do **Saldo Devedor** por percentual mínimo indicado na **Fatura** como **Pagamento Mínimo**, não constituindo tal procedimento, novação ou remissão da dívida. Caso o **Titular** realize o pagamento de valor igual ou maior àquele indicado para **Pagamento Mínimo** no vencimento da **Fatura**, o **Saldo Devedor** não liquidado integralmente poderá ser financiado por meio do **Crédito Rotativo**, com a cobrança de **Encargos Financeiros** indicados na **Fatura**.

6.2. O **Saldo Devedor** não liquidado na **Fatura** somente poderá ser financiado por meio do **Crédito Rotativo** até o vencimento da **Fatura** subsequente, conforme legislação em vigor.

6.3. Findo o prazo máximo do **Crédito Rotativo**, observadas as normas de crédito vigentes na legislação, bem como demais condições previstas neste **Contrato**, o **Titular** poderá financiar o valor remanescente da **Fatura** em aberto, por meio do pagamento parcelado da **Fatura**, sendo que a quantidade de parcelas disponíveis será definida considerando o valor mínimo de parcela estabelecido pela Emissora à época do parcelamento do saldo total da **Fatura**.

6.4. A **Emissora** informará, em campo próprio na **Fatura** o valor de entrada necessário para o **Parcelamento da Fatura**, devendo o **Titular** efetuar o pagamento, em uma única vez, até a data de vencimento, do valor exato indicado na **Fatura**.

6.5. As parcelas do **Parcelamento de Fatura** serão incluídas no valor do **Pagamento Mínimo** indicado na **Fatura** subsequente.

7. Negociação Amigável

7.1. As condições de parcelamento, valores das parcelas, valores de taxas e tarifas, e valor de entrada da Negociação Amigável, estarão disponíveis no **Aplicativo** no momento do aceite da oferta pelo **Titular**.

8. Liquidação Antecipada

8.1. Se o **Titular** tiver contratado alguma operação de crédito (financiamento da **Fatura**, compras parceladas, entre outros), o **Titular** poderá pagar de forma antecipada com desconto proporcional de juros. Este pagamento pode ser do valor total da operação ou só de algumas parcelas. Para isso, o **Titular** deve entrar em contato com a **Central de Atendimento** e solicitar o valor para pagamento.